



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Camila Bandeira da Rocha

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL E RAÍZES DA SEGMENTAÇÃO
OCUPACIONAL NO BRASIL**

A segregação da população negra e os reflexos de um Brasil escravocrata

Rio de Janeiro

2021

Camila Bandeira da Rocha

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL E RAÍZES DA SEGMENTAÇÃO
OCUPACIONAL NO BRASIL**

A segregação da população negra e os reflexos de um Brasil escravocrata

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como exigência para obtenção do título de Bacharela em Ciências Econômicas.

Orientadora: Professora Dra. Ana Carolina da Cruz Lima

Rio de Janeiro

2021

FICHA CATALOGRÁFICA

- R672 Rocha, Camila Bandeira da.
Desenvolvimento regional e raízes da segmentação ocupacional no Brasil: a segregação da população negra e os reflexos de um Brasil escravocrata / Camila Bandeira da Rocha. – 2021.
49 f.; 31 cm.
- Orientadora: Ana Carolina da Cruz Lima.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Bacharel em Ciências Econômicas, 2021.
Bibliografia: f. 46 – 48.
1. Formação econômica - Brasil. 2. Mercado de trabalho. 3. Desigualdade racial. 4. Desigualdade regional. I. Lima, Ana Carolina da Cruz, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.
- CDD 338.981

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária: Luiza Hiromi Arao CRB 7 – 6787

Biblioteca Eugênio Gudim/CCJE/UFRJ

CAMILA BANDEIRA DA ROCHA

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E RAÍZES DA SEGMENTAÇÃO OCUPACIONAL
NO BRASIL - A SEGREGAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA E OS REFLEXOS DE UM
BRASIL ESCRAVOCRATA

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Instituto de Economia da Universidade Federal
do Rio de Janeiro, como requisito para a
obtenção do título de Bacharela em Ciências
Econômicas.

Rio de Janeiro, 12/21/2021.

ANA CAROLINA DA CRUZ LIMA - Presidente
Professora Dra. do Instituto de Economia da UFRJ

WILSON VIEIRA
Professor Dr. do Instituto de Economia da UFRJ

KEULER HISSA TEIXEIRA
Professor Dr. da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da UFAL

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade da autora

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho, especialmente, à minha mãe, por ser minha fortaleza, minha maior incentivadora e por ter feito o possível e o impossível para que eu pudesse chegar a este momento. Dedico também a todos os favelados que, em sua grande maioria, não pôde ter a oportunidade que tive de cursar ensino superior ou, até mesmo, de completar o ensino básico. Este trabalho é por e para vocês. Favela é potência e seguiremos (r)existindo.

Ao PCS Educação minha eterna gratidão por ter mudado minha vida, me mostrado caminhos que nunca conheceria e por ter me dado pessoas que posso levar para o resto de minha vida. Ao Instituto Potencial por mudar a vida de tantos jovens, como eu, e por nos dar ensinamentos e todo o suporte para que consigamos ter um futuro melhor.

Um agradecimento especial à Pamella, minha irmã de outra mãe e companheira de vida, por estar sempre ao meu lado nos choros e nas alegrias do dia a dia. À Desirée pelo companheirismo de sempre, por ser a minha canceriana favorita, parceira de aventuras e estar comigo mesmo que as vezes a distância dificulte. Á Vitoria que, depois de muita luta (rs), conquistou seu espacinho em minha vida e é muito importante no meu dia a dia.

À Milena e Talita, minha dupla dinâmica, parceiras de vida, danças e aventuras. Obrigada por fazerem parte das minhas “pequenas alegrias da vida adulta”. À Isabela por ser a luz que ilumina onde passa, pelo melhor abraço e afago. Agradeço também ao Bernardo, meu companheirinho, por fazer da (minha) vida um lugar melhor.

Aos meus queridos amigos, Anna, Clarice, Gabriel, Kenia, Larissa, Maynara e Paulo pelo companheirismo e por ter feito desses anos mais leves. Aos meus companheiros do CASA, Conselhos, ENECOs e ERECOs por agregarem todos esses anos em minha vida pessoal e profissional, pelos aprendizados e maluquices que fizeram da minha vida melhor.

Agradeço à Gabrielle e Nina pelos momentos que construímos juntas, por estarem sempre por mim e por me acolherem e me exaltarem até quando não preciso. Estendo este agradecimento à Michelle, Morgana e Kethelyn, principalmente, pelo companheirismo dos últimos meses. Vocês fizeram com que este período difícil fosse mais leve. E agradeço ao Lucas, pela parceria dos últimos anos, sem você teria sido muito mais difícil.

Deixo minha gratidão aos meus colegas de Firjan por ter feito parte da minha evolução pessoal e profissional e fazerem do ambiente de trabalho um lugar de conforto. Por fim, e não menos importante, agradeço à minha orientadora, Ana, eu não poderia ter feito escolha melhor. Gratidão pela atenciosidade e compreensão, o ambiente acadêmico precisa de mais profissionais como você.

“Tudo que é bate é tambor
Todo tambor vem de lá
Se o coração é o senhor
Tudo é África
Pus em prática
Essa tática
Matemática, falô?
Enquanto a terra não for livre, eu também não sou
Enquanto ancestral de quem tá por vir, eu vou
E cantar com as menina enquanto germina o amor
É empírico, meio onírico
Meio Kiriku, meu espírito
Quer que eu tire de tu a dor

É mil volts a descarga de tanta luta
Adaga que rasga com força bruta
Deus, por que a vida é tão amarga
Na terra que é casa da cana de açúcar?
E essa sobrecarga frustra o gueto
Embarga e assusta ser suspeito
Recarga que pus, é que igual Jesus
No caminho da luz, todo mundo é preto
Ame pois”

(Principia – Emicida)

RESUMO

A formação socioeconômica brasileira foi marcada por um intenso movimento segregacionista: iniciando a partir de uma economia escravista e, com a abolição, com a discriminação dos trabalhadores recém libertos, predominantemente negros. A escravidão, assim como a condução do movimento abolicionista e das políticas governamentais implementadas na época, foram cruciais para a difícil inserção das pessoas negras no mercado de trabalho nacional. Além disso, este processo foi condicionado pelo desenvolvimento de regiões mais produtivas do Brasil, como o caso de São Paulo, tendo como consequência a segregação de trabalhadores libertos das áreas mais dinâmicas do país e alocados em ocupações de baixo rendimento e pouca produtividade. Nesse sentido, o objetivo da monografia é analisar o processo de construção social e econômica do Brasil e suas desigualdades, ressaltando suas raízes históricas e os condicionantes do processo de inserção ocupacional após abolição da escravatura. Adicionalmente, é realizada uma análise empírica qualitativa do mercado de trabalho formal brasileiro para demonstrar a situação atual da segmentação ocupacional por grupos de cor, com o intuito de identificar os reflexos atuais desse processo. As tendências observadas a partir da análise dos microdados da RAIS corroboram a hipótese (qualitativa) do trabalho e vão em linha com a literatura existente: os trabalhadores formais negros estão alocados nas regiões menos dinâmicas do país, com menores qualificações e rendimentos menores, quando comparados aos trabalhadores brancos.

Palavras-chave: Formação econômica brasileira; mercado de trabalho; desigualdade racial; desigualdade regional.

ABSTRACT

The Brazilian socioeconomic formation was marked by an intense segregationist movement: beginning with a slave economy and, with the abolition, of discrimination against the newly freed workers, predominantly black. Slavery as well as the management of the abolitionist movement and the public policies implemented at the time were crucial for the difficult insertion of black people in the national labor market. Moreover, this process was conditioned by the development of more productive regions of Brazil, as in the case of São Paulo, resulting in the segregation of freed workers from the most dynamic areas of the country and allocated to low income and low productivity occupations. In this sense, the objective of this undergraduate thesis is to analyze the process of social and economic construction of Brazil and its inequalities, highlighting its historical roots and the conditioning factors of the occupational insertion process after the abolition of slavery. In addition, a qualitative empirical analysis of the Brazilian formal labor market is carried out to demonstrate the current situation of occupational segmentation by color groups, in order to identify the current reflexes of this process. The trends observed from the analysis of the Annual Report on Social Information (RAIS, per its Portuguese acronym) microdata corroborate the (qualitative) hypothesis of the paper and are in line with the existing literature: black formal workers are allocated in the less dynamic regions of the country, with lower qualifications and lower incomes, when compared to white workers.

Keywords: Brazilian economic formation; labor market; racial inequality; regional inequality.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01– Variáveis descritivas	25
Tabela 02 - Composição amostral por grupo de cor e níveis de escolaridade (Brasil, 2010/2019).....	30
Tabela 03 - Composição amostral por grupo de cor e faixas de remuneração média em salários-mínimos (Brasil, 2010/2019)	35
Tabela 04 - Composição amostral por grupo de cor e atividade econômica (Brasil, 2010/2019)	41

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Proporção de trabalhadores brancos (Brasil, 2010/2019).....	28
Figura 02 – Proporção de trabalhadores negros (Brasil, 2010/2019)	29
Figura 03 – Proporção de trabalhadores brancos Analfabetos ou com Ensino Fundamental Incompleto (Brasil, 2010/2019)	31
Figura 04 – Proporção de trabalhadores negros Analfabetos ou com Ensino Fundamental Incompleto (Brasil, 2010/2019)	32
Figura 05 – Proporção de trabalhadores brancos com Ensino Superior ou Pós-Graduação (Brasil, 2010/2019)	33
Figura 06 – Proporção de trabalhadores negros com Ensino Superior ou Pós-Graduação (Brasil, 2010/2019).....	34
Figura 07 – Proporção de trabalhadores brancos com remuneração média até ½ salário-mínimo (Brasil, 2010/2019)	37
Figura 08 – Proporção de trabalhadores negros com remuneração média até ½ salário-mínimo (Brasil, 2010/2019)	38
Figura 09 – Proporção de trabalhadores brancos com remuneração média maior que 20 salários-mínimos (Brasil, 2010/2019).....	39
Figura 10 – Proporção de trabalhadores brancos com remuneração média maior que 20 salários-mínimos (Brasil, 2010/2019).....	40
Figura 11 – Proporção de trabalhadores brancos que trabalham nas Indústrias de Transformação (Brasil, 2010/2019)	42
Figura 12 – Proporção de trabalhadores negros que trabalham nas Indústrias de Transformação (Brasil, 2010/2019)	43

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 RAÍZES HISTÓRICAS DA SEGMENTAÇÃO: INSERÇÃO OCUPACIONAL E DINÂMICA REGIONAL	13
3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A PERSISTÊNCIA DA DESIGUALDADE.....	19
3.1 A PERSISTÊNCIA DA SEGMENTAÇÃO NO SÉCULO XXI: UMA REVISÃO EMPÍRICA.....	21
4 METODOLOGIA E BASE DE DADOS.....	24
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	26
5.1 DISTRIBUIÇÃO OCUPACIONAL NO BRASIL	26
5.2 ESCOLARIDADE.....	29
5.3 REMUNERAÇÃO	34
5.4 ATIVIDADE ECONÔMICA	40
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS	46
APÊNDICE A – VÍNCULOS POR UF	49

1 INTRODUÇÃO

Os períodos escravocrata e abolicionista foram marcados pelo processo de exclusão da população negra em diversos âmbitos da sociedade. A escravidão impôs aos negros uma posição de superexploração e anulação de direitos. A abolição da escravatura, que pretendia objetivar o estabelecimento da condição de cidadania aos escravos, infelizmente, não foi capaz de impedir o processo de segregação da população negra liberta (FURTADO, 1970).

A ausência de políticas governamentais de inserção dos trabalhadores livres no período abolicionista contribuiu para manter a população negra em uma posição de força de trabalho excedente e subaproveitada, alocada em regiões menos dinâmicas e com menor remuneração. O que deveria ser uma maneira de substituir a mão de obra escrava pela mão de obra assalariada se tornou um método de exclusão e discriminação dos negros, dificultando sua inserção produtiva e o processo de desenvolvimento e integração nacional. Esses fatores contribuíram para traçar um novo perfil ocupacional no país (FURTADO, 1970; THEODORO et al., 2009).

Ao final do século XIX, o desenvolvimento regional brasileiro caracterizava-se por especificidades em todo o território nacional (CANO, 2007). A expansão da economia cafeeira em São Paulo e o desenvolvimento industrial local tiveram como consequência uma divisão territorial do trabalho, segregando segmentos e trabalhadores menos produtivos nas periferias brasileiras. Assim, para suprir as necessidades produtivas dos paulistas, uma das medidas realizada pelo governo foi a atração de trabalhadores imigrantes, o que gerou segregação da mão de obra nacional – formada, em especial, por negros (ibidem).

Assim, considera-se que a segmentação ocupacional do mercado de trabalho brasileiro possui raízes históricas, vinculadas à inexistência de políticas de inserção produtiva pós-abolição da escravidão e condicionada pelo processo de desenvolvimento regional do país. Em outras palavras, a alteração do mercado de trabalho nacional iniciada no século XIX apresenta reflexos até os dias atuais, com uma persistente segmentação ocupacional que afeta, principalmente, a população negra: majoritariamente alocada em ocupações menos produtivas e que possuem menores salários em comparação (THEODORO, 2005).

O objetivo da monografia é identificar a distribuição produtiva territorial brasileira, suas desigualdades e interrelações com o processo de inserção ocupacional por grupos de cor, considerando as raízes históricas desse processo. Adicionalmente, será realizada uma análise empírica da segmentação do mercado de trabalho formal brasileiro, com o intuito de identificar os reflexos desse processo nos dias de hoje.

A monografia está dividida em seis seções além desta introdução. A primeira seção é uma revisão das raízes históricas da segmentação, evidenciando a inserção ocupacional da população negra e a dinâmica regional da época. A seção seguinte apresenta o desenvolvimento econômico brasileiro a partir do século XX e a persistência das disparidades raciais e regionais, além de uma revisão da literatura recente evidenciando as disparidades existentes. A metodologia e base de dados são descritos na quarta seção e os resultados, apresentados na quinta seção. Em seguida, são realizadas as considerações finais da monografia.

2 RAÍZES HISTÓRICAS DA SEGMENTAÇÃO: INSERÇÃO OCUPACIONAL E DINÂMICA REGIONAL

A utilização do trabalho escravo foi adotada no Brasil desde os primeiros anos da chegada dos europeus, no século XVI, e assim permaneceu até o século XIX, quando ocorreu a abolição da escravidão (VERSIANI, 2018). Não é insignificante, portanto, o fato de o Brasil ter sido o último país das Américas a extinguir a escravidão, um dos principais mecanismos de seus expressivos e persistentes níveis de desigualdade (KOWARICK, 1994; VERSIANI, 2018).

Prado Junior (1977) e Kowarick (1994) ressaltam que o propósito da colonização brasileira era a realização de um excedente, que deveria se traduzir em acumulação de capital e expansão capitalista na metrópole. No Brasil colônia, essa estratégia foi implementada por intermédio do modelo de colonização de exploração – centralização da produção interna à exploração de territórios virgens de acordo com interesses do comércio europeu (PRADO JUNIOR, 2006). Um dos primeiros e mais importantes meios de exploração brasileiro foi o trabalho escravo, visto como mais vantajoso para o projeto colonial de acumulação – em especial quando se refere à escravidão africana e ao tráfico negreiro (*ibidem*).

Assim, iniciava-se a formação social brasileira, estruturada no escravismo e liderada pelos empresários do setor agroexportador (KOWARICK, 1994). A grande massa de escravos africanos que chegava ao Brasil significava, também, a chegada de uma população que não conhecia a língua e os costumes locais, o que intensificava o processo de exploração e subordinação desse povo (PRADO JUNIOR, 2006). Kowarick (1994) resalta que, uma vez definido o regime de trabalho escravista, este conduziria à exclusão daqueles que não podiam ser senhores.

O desenvolvimento do Brasil colônia encontrou relativo sucesso a partir de ciclos econômicos¹, durante os quais se observou intensa acumulação, seja na implantação da agricultura ou de atividades extrativas, com forte utilização de trabalho escravo (LACERDA et. al, 2017). Nesse contexto, a trajetória de desenvolvimento brasileira permanecia condicionada à dinâmica das grandes economias hegemônicas europeias. O desenvolvimento da agricultura nacional e a produção em larga escala conservavam acentuado caráter mercantil (PRADO JUNIOR, 2006).

¹ Segundo Lacerda et. al (2017, p. 39): “Na história econômica brasileira, o conceito de ciclos econômicos é utilizado para identificar os movimentos de crescimento e declínio das atividades extrativas (ciclo do pau-brasil), da produção agrícola (borracha, cana-de-açúcar, cacau, café) e mineradora (ouro).”

A economia brasileira se pautou, portanto, no sistema escravista em todo o seu período colonial (LACERDA et. al, 2017). A dinâmica econômica baseava-se em uma estrutura arcaica e caracterizada pelo modelo agroexportador, situação que seria mantida até o século XIX, quando iniciam-se mudanças estruturais mais amplas relacionadas ao seu mercado interno.

Entre os séculos XVIII e XIX ocorreu a consolidação do capitalismo industrial, liderado pela Inglaterra. A Inglaterra, principal potência econômica do período, passou a defender o livre comércio e o fim do tráfico negreiro, que passou a ser fortemente condenado pelos ingleses (REGO & MARQUES, 2011). Nesse contexto, a Inglaterra libertou os escravos de suas colônias e iniciou uma campanha contra o tráfico negreiro, colocando Portugal e Brasil como os principais opositores desse movimento, visto que o comércio de escravos era um importante negócio para a economia colonial brasileira (*ibidem*).

Neste mesmo período, ocorre o processo de independência brasileira, mais especificamente em 1822. Esta etapa foi marcada por contradições: ao mesmo tempo em que tornou o país liberto da metrópole portuguesa, a liberdade não foi ampliada para o trabalho escravo, devido à dependência de sua utilização no processo produtivo. Deste modo, ainda que a independência do Brasil trouxesse um ideal de liberdade para a população, a forte dependência da economia brasileira do sistema escravista retardava a abolição do trabalho escravo (PRADO JUNIOR, 2006). De fato, pode-se afirmar que a independência do Brasil teve como uma de suas características centrais a manutenção da mesma estrutura socioeconômica do período colonial e não foi por acaso a persistência do regime escravista até a véspera da Proclamação da República (REGO & MARQUES, 2011).

Cabe ressaltar, inclusive, que o processo de desenvolvimento regional brasileiro está intrinsecamente relacionado ao movimento abolicionista e à divisão territorial do trabalho, com cada província encontrando seu caminho para a nova estruturação do trabalho (KOWARICK, 1994). Cano (2007) destaca que a concentração das atividades cafeicultora e industrial na região Sudeste, em especial em São Paulo, e a produção predominantemente primária na periferia nacional serão fatores condicionantes da dinâmica econômica nacional, com implicações para sua trajetória de crescimento de médio e longo prazos.

Também nesta etapa, os principais produtos exportáveis brasileiros, açúcar e algodão, passaram a enfrentar forte concorrência de outros países e colônias, aliada à baixa produtividade e ineficiência da produção nacional (REGO & MARQUES, 2011). Neste contexto, o café surgiu como o novo produto de importância para a dinâmica econômica brasileira. Influenciado pela alta dos preços internacionais causada por revoltas de escravos no Haiti, o café conquistou

espaço na economia nacional, com forte expansão nas décadas seguintes – tornando-se, ainda no século XIX, o principal produto exportável do país (*ibidem*).

A produção cafeeira se concentrou inicialmente no Vale do Paraíba, abarcando Rio de Janeiro e São Paulo. Posteriormente, na segunda metade do século XIX, ocorreu intenso desenvolvimento da cafeicultura no Oeste Paulista (REGO & MARQUES, 2011). Em um cenário de fragilidade econômica e instabilidade política, ocorreu o desenvolvimento da economia cafeeira no século XIX, com o centro dinâmico passando a ser a cafeicultura do Centro-Sul do país (KOWARICK, 1994). A expansão da economia cafeeira em São Paulo exigiu, antes das demais regiões do país, a utilização do trabalho livre em ampla escala para sustentar a expansão de sua produção (CANO, 2007; REGO & MARQUES, 2011). Este processo iniciaria a construção de um conjunto de efeitos multiplicadores na região, impactando positivamente o crescimento da agricultura, dos transportes, da indústria, do comércio e das finanças, em oposição ao que ocorria no restante do país (KOWARICK, 1994; CANO, 2007).

Nas demais regiões brasileiras predominava o uso da mão de obra escrava, e, conseqüentemente, as condições para o crescimento local eram opostas àquelas verificadas em São Paulo. Por exemplo, as regiões do Vale do Paraíba e Nordeste enfrentavam um processo de aumento dos custos de produção, com escassez de terras produtivas e encarecimento da mão de obra escrava, intensificado inclusive pelo início do movimento abolicionista (CANO, 2007).

Com o declínio da quantidade de escravos, o Centro-Sul cafeeiro inicia um movimento de atração de mão de obra livre e liberta proveniente de outras regiões, sobretudo do Nordeste e Minas Gerais (KOWARICK, 1994). Este movimento, entretanto, se mostrou insuficiente para o processo de absorção de mão de obra cafeeira, se tornando um obstáculo para o desenvolvimento das lavouras.

Para resolver o problema de escassez de mão de obra das lavouras de café, a política de imigração foi vista como uma possível solução. A imigração começou com o sistema de parcerias² em meados de 1840, apresentando sucesso inicialmente (REGO & MARQUES, 2011). No entanto, logo este desenho foi abandonado: os proprietários do café não estavam habituados ao relacionamento com trabalhadores livres, visto que ainda conviviam com

² Segundo Rego & Marques (2011), no Sistema de Parceria os imigrantes eram contratados na Europa, com a viagem paga pelo proprietário da terra. Esse gasto, no entanto, deveria ser retornado (pagos com juros) ao fazendeiro a partir do momento em que os colonos pudessem se sustentar pelo próprio trabalho. Cada família imigrante tinha direito a uma quantidade de pés de café para cultivar e colher, podendo plantar outras culturas para complemento de sua renda. Em caso de venda dessas culturas, o fazendeiro teria direito à metade da receita obtida. Essa relação, no entanto, se baseava na confiança que o colono teria no fazendeiro e acabou sendo motivo de conflito entre colono e fazendeiro.

escravos em suas fazendas. Os trabalhadores imigrantes, por sua vez, também não se adaptavam ao trabalho, pois se sentiam na condição de escravos (*ibidem*).

Adicionalmente, surgia o problema de como fazer com que os imigrantes trabalhassem para os fazendeiros, diante da possibilidade de trabalho autônomo em terras disponíveis no Brasil. Ou seja, na ausência de uma regulação específica, existia a possibilidade de o imigrante se tornar um potencial futuro proprietário e não força de trabalho disponível (REGO & MARQUES, 2011). Na visão dos cafeicultores, além de atrair imigrantes, era necessário orientar essa população para o trabalho nas lavouras cafeeiras. Visando a resolução desse problema, foi implementada a Lei de Terras, a qual estabelecia a proibição de aquisição de terras públicas por qualquer outro meio senão a compra. Ficava proibido, portanto, o fim das ocupações e autorizada a venda das terras devolutas pela administração pública (*ibidem*). Com a renda oriunda das vendas dessas terras, ocorreria o financiamento da política de imigração, que beneficiaria diretamente os cafeicultores.

Rego & Marques (2011) afirmam que a Lei de Terras incorporou os interesses dos setores mais dinâmicos da economia e representou uma tentativa de regularização do acesso à propriedade de terras e do abastecimento da mão de obra nacional – sendo o objetivo principal, portanto, solucionar o problema da força de trabalho. Deste modo, a política de estímulo à imigração, sintetizada na Lei de Terras, foi um dos mecanismos governamentais que conduziu a população negra a se tornar uma força de trabalho excedente e subaproveitada no país (FURTADO, 1970).

Paralelamente, ainda que o Brasil tenha, em diversos momentos, assumido compromisso com a Inglaterra de acabar com a escravidão, foi somente quando os ingleses interviram militarmente que o governo brasileiro aprovou a Lei Eusébio de Queiros em 1850, abolindo oficialmente o tráfico de escravos para o país (REGO & MARQUES, 2011).

A redução de novos escravos pós proibição do tráfico negreiro se intensificou, especialmente na região Nordeste. Segundo o Recenseamento do Império do Brasil de 1872, o país possuía 9,93 milhões de habitantes, sendo 85% livres e 15% escravos (havia aproximadamente 1 escravo para cada 6 pessoas livres). Em relação à cor, 38% da população era branca, 38% parda, 20% preta e 4% indígena. As estatísticas demonstram que antes da abolição a maior parte da população era formada pela população preta e parda (58%). Entre os escravos, 69% eram pretos e 31% pardos (CHALHOUB, 2011; MARIANI, 2017).

Segundo Kowarick (1994), a crescente dinamização da região cafeeira e da necessidade extensiva de mão de obra ocorreu em detrimento da redução da força de trabalho de outras regiões, em especial, da região Nordeste. Isso gerava escassez de mão de obra para as demais

regiões e, conseqüentemente, alto custo dos escravos. Essas regiões em decadência não possuíam estruturas para suportar a alta nos preços – enquanto a lucratividade e expansão do café permitia essa sustentação. O autor destaca que “o tráfico interno de cativos, oficialmente proibido em 1879, foi de fundamental importância para alimentar um estoque que naturalmente decrescia” (*ibidem*, p.46).

A partir da década de 1870, observa-se uma redução de aproximadamente 50% do número de escravos, enquanto o número de imigrantes quadruplicava (CANO, 2007). As trajetórias de crescimento dos grupos de trabalhadores tornaram-se, assim, divergentes e o desequilíbrio regional, já existente, se agravava com esse novo cenário (PRADO JUNIOR, 2006; KOWARICK, 1994).

O problema de escassez da mão de obra para os cafeicultores encontrou solução consistente quando o Estado passou, oficialmente, a financiar a política de imigração a partir da segunda metade da década de 1880, encaminhando os trabalhadores diretamente para as fazendas de café. Caracterizada como uma política de imigração subvencionada, o governo tornou-se responsável pelo recrutamento, transporte e distribuição de trabalhadores para as lavouras, assegurando a chegada constante de imigrantes e permitindo a expansão do café (REGO & MARQUES, 2011). A institucionalização de um estímulo governamental para atrair mão de obra imigrante permitiu a formação de uma força de trabalho barata e abundante, fundamental para minimizar a escassez de mão de obra verificada em áreas urbanas (CANO, 2007). Esse processo beneficiou, sobretudo, o estado de São Paulo, que se tornou a região mais dinâmica do país.

Se, por um lado, a imigração subvencionada solucionava o problema de mão de obra para os cafeicultores, por outro, a escravidão dava os seus últimos suspiros. Nesse contexto, ocorreu a promulgação da Lei Áurea em 1888, decretando o fim da escravidão no Brasil (REGO & MARQUES, 2011).

Esse movimento de substituição da força de trabalho ocorreu com ausência de políticas públicas de inserção produtiva, em especial para a população negra e pobre, sobretudo, no período pós-abolição da escravatura. Neste contexto, o processo de substituição da mão de obra escrava pelo trabalho livre e assalariado, que, à primeira vista, deveria ser um mecanismo de integração e equidade nacional, esteve associado ao aumento da desigualdade e da discriminação (FURTADO, 1970).

A população recém-liberta foi segregada devido às dificuldades de inserção nas regiões e setores mais dinâmicos da economia, o que dificultou sua participação no processo de integração e desenvolvimento regional brasileiro (THEODORO et al., 2009). Havia dificuldade

de inserção no novo sistema de trabalho que se construía para esse grupo (PRADO JUNIOR, 2006). Desta forma, desenvolveu-se um crescente contingente de trabalhadores livres, vivendo à margem da sociedade, vinculados a atividades de subsistência e serviços intermitentes. Uma parcela dessa população passou a ser composta por mendigos, chamados “vadios” por PRADO JUNIOR (1957 *apud* KOWARICK, 1994).

A abolição e a imigração, portanto, contribuíram para alterar o perfil ocupacional no Brasil: aumento progressivo da mão de obra imigrante, absorvida pelas regiões mais dinâmicas, e escravos libertos, subaproveitados, vivendo, em geral, em um sistema de subsistência e atividades mal remuneradas (FURTADO, 1970; KOWARICK, 1994; THEODORO et al., 2009). Kowarick (1994) afirma que, após a abolição, os trabalhadores libertos conseguiam se inserir somente em economias menos dinâmicas e pouco atrativas para a mão de obra imigrante. A economia brasileira traçava, assim, novos rumos.

Segundo Kowarick (1994), os ex-escravos não foram absorvidos no processo produtivo, pelo menos, até 1930. Somente com maior grau de desenvolvimento e diversificação econômica é que esse processo se inicia. Este sistema, no entanto, se reproduz até hoje, ainda que de forma menos intensa, como destaca Prado Junior (2006, p. 112): “O processo de decomposição de tal sistema, iniciado pelo elo mais fraco, o tráfico africano, continuará depois em seu curso e ainda não se completou em nossos dias”.

Com isso, é possível associar esse processo de reestruturação do mercado de trabalho após abolição e de inserção da população negra recém-liberta em subempregos e em atividades menos dinâmicas à segmentação ocupacional persistentemente observada no Brasil. Como ressaltam Theodoro et al. (2009, p.12): “a existência da precariedade, da informalidade, do subemprego atual tem raízes na forma em que se moldou o mercado de trabalho no período de transição do escravismo para o trabalho livre”. Em outras palavras, a segmentação ocupacional dos mercados de trabalho brasileiros possui raízes históricas, vinculadas à inexistência de políticas de inserção produtiva pós-abolição da escravidão e condicionadas pelo processo de desenvolvimento regional do país.

3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A PERSISTÊNCIA DA DESIGUALDADE

Após a abolição da escravidão, em 1889, iniciou-se uma república federalista no Brasil – em consonância com as transformações sociais, políticas e econômicas observadas no século XIX –, com São Paulo sendo o principal beneficiário desse processo (MONASTERIO & REIS, 2008). O perfil ocupacional do país assumiu uma nova formação: mão de obra imigrante alocada na produção do café e trabalhadores livres e ex-escravos dedicados majoritariamente à economia de subsistência (THEODORO, 2005). O padrão de desenvolvimento regional permaneceu heterogêneo, o que intensificou as já existentes disparidades espaciais (*ibidem*).

A liberdade trouxe desafios particulares para os ex-escravos, como ressalta Bucciferro (2015): a abolição da escravidão concedeu liberdade a estes indivíduos, mas não necessariamente melhorou sua qualidade de vida. Os libertos concentraram-se em atividades agrícolas de subsistência e em empregos mal remunerados (BUCCIFERRO, 2015).

Neste período, foi possível observar o início de um processo de aglomeração espacial da pobreza e da exclusão social (THEODORO, 2005). No centro sul brasileiro, a chegada de imigrantes segregava os libertos de qualquer possibilidade de inserção trabalhista. O desenvolvimento observado nessas áreas, em especial, em São Paulo, fez com que essas regiões alcançassem altos níveis de renda *per capita* e maiores produtividades do trabalho, comparativamente ao resto do país (BUCCIFERRO, 2015; REIS, 2017). Nas demais regiões, não havia programa de imigração, o que agravava as disparidades regionais e ocupacionais.

Efetivamente, a economia e a sociedade brasileiras só apresentariam transformações estruturais mais amplas a partir da década de 1930, quando o governo brasileiro iniciou um processo de urbanização e modernização econômica, tendo a indústria como o principal motor do desenvolvimento (THEODORO, 2005). Conforme ressalta Diniz (1993), de modo geral, a atuação estatal foi a principal origem dos esforços observados para mitigação das disparidades regionais do país.

Segundo Lima e Simões (2010), ao final da década de 1950, as disparidades regionais existentes, principalmente, entre as regiões Sudeste e Nordeste, evidenciavam a importância da questão regional para o desenvolvimento do país a longo prazo. Foram diversas as tentativas do governo de desconcentração da atividade industrial do estado de São Paulo, com os incentivos para as demais regiões do país (DINIZ, 1993). Os exemplos mais conhecidos deste processo são a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a Superintendência de Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus (SUDAM),

Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUFRAMA) (*ibidem*).

Até a década de 1960 o Brasil observou um processo de concentração econômica e demográfica que ocorria sob a área metropolitana de São Paulo – chegando a concentrar 44% da produção industrial do país em 1970 (DINIZ, 1993). Nos anos seguintes, iniciou-se um processo de reversão desse cenário, entretanto, a desconcentração não ocorreu para o país todo: o que se observou foi uma reconcentração da população em outras regiões do Centro-Sul do país, como o próprio interior de São Paulo, que aumentou de 25% para 40% sua participação na produção industrial nacional (DINIZ, 1993). Neste processo, foi desenhada uma nova configuração espacial no Brasil que, no entanto, não reduziu de forma expressiva as disparidades regionais, pois não houve transbordamento significativo para outros estados – em especial, para o Nordeste do país. Segundo Diniz (1993), não foi observado um potencial de sustentação de um desenvolvimento diferenciado no Nordeste que se traduzisse em uma mudança macroespacial significativa.

Paralelamente, as décadas de 1930 a 1970 foram marcadas pela maior atuação estatal no que concerne à regulamentação do mercado de trabalho brasileiro, visto que o fim da corrente migratória de origem europeia exigiu a absorção de mão de obra oriunda de outras regiões do Brasil, para suprir as necessidades da emergente indústria nacional, concentrada espacialmente na região Sudeste, mais especificamente nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro (*ibidem*). Um marco importante nesse processo foi a promulgação de lei, em 1931, que exigia que dois terços da força de trabalho industrial fosse brasileira nativa.

Este processo de valorização da mão de obra nacional beneficiou, de certa forma, os negros e mestiços, diante da absorção da mão de obra que se encontrava marginalizada (THEODORO, 2005). No entanto, tal processo não foi suficiente para reverter a situação de segregação social a qual este grupo estava submetido (*ibidem*). Em outras palavras, a discriminação e a disparidade social persistiram (BUCCIFERRO, 2015).

Os anos 1970 marcam a fase final do processo de concentração de industrial no estado de São Paulo, cujas consequências condicionaram a dinâmica regional brasileira nos anos seguintes: as disparidades de renda *per capita* entre regiões mantiveram fluxos migratórios do Nordeste para o Sudeste (DINIZ, 1995) e, ao mesmo tempo iniciou-se um processo de desconcentração da indústria nacional e da renda em favor de cidades mais dinâmicas localizadas nas regiões Norte e Nordeste, fenômeno vinculado à maturação de investimentos realizados no âmbito do II Plano Nacional de Desenvolvimento, implementado na década anterior.

Nos anos 1980, desequilíbrios relacionados à aspectos monetários, fiscais e de balanço de pagamentos, associados a mudanças no cenário internacional, se traduziram em reduções das taxas de crescimento econômico e aceleração de um processo inflacionário (THEODORO, 2005). Apesar das dificuldades na esfera econômica, aprofundaram-se as tendências estruturais, como a urbanização, com o crescimento da população urbana nas regiões metropolitanas e nas cidades médias, e a relativa desconcentração da atividade produtiva em prol de regiões menos dinâmicas (DINIZ, 1993).

Em síntese, em análise sobre o período 1872 a 2000, Reis (2017) conclui, a partir de estudo econométrico dos padrões espaciais de crescimento da produtividade do trabalho e da renda *per capita* dos municípios brasileiros, que as desigualdades espaciais da atividade econômica, produtividade do trabalho e renda *per capita* pouco se alteraram no período analisado. Além disso, as disparidades raciais, associadas e condicionadas às desigualdades regionais continuam a ser verificadas. Ainda que tenha ocorrido avanços relativos desde a abolição, a alta concentração de renda e baixos níveis de escolaridade são, em grande parte, herança da escravidão e ressaltam a carência de políticas públicas e sociais, voltadas, sobretudo, para a população negra (MONASTERIO & REIS, 2008; REIS 2017).

3.1 A PERSISTÊNCIA DA SEGMENTAÇÃO NO SÉCULO XXI: UMA REVISÃO EMPÍRICA

Theodoro (2005) demonstra, por meio de uma revisão bibliográfica do século XIX e XX, as raízes históricas da segmentação existente no mercado de trabalho após os anos 2000, em especial, para a população negra, concluindo que, nesse processo, pretos e pardos se inserem, majoritariamente, em trabalhos pouco qualificados, sem garantias de direitos trabalhistas, especialmente nas regiões mais pobres no país. A vulnerabilidade enfrentada pela população negra está relacionada, inclusive, ao mercado de trabalho informal, segmento que se caracteriza por baixa qualidade de trabalho, fragilidade institucional e baixos rendimentos (*ibidem*). Leone (2010) ressalta que o Brasil possui elevada informalidade como característica estrutural e histórica (é uma alternativa para trabalhadores que, de outra forma, não teriam trabalho ou rendimento).

A segmentação, a informalidade e as particularidades do mercado de trabalho brasileiro observadas nas últimas décadas estão associadas a uma trajetória de segregação de parte da população em detrimento do desenvolvimento e progresso nacional (THEODORO, 2005).

Leone (2010, p.8) destaca que existe uma estrutura de divisão do trabalho que aloca as pessoas negras em posições e ocupações socialmente mais desvalorizadas e de menor remuneração, como um “legado histórico do colonialismo e da escravidão”. Ao analisar indicadores de mercado de trabalho da PNAD entre 2004 e 2008, a autora mostra que as desigualdades raciais existem não somente entre os segmentos formal e informal, como dentro da própria informalidade: pessoas negras possuem as maiores taxas de desemprego, menores graus de formalização e, dentro da informalidade, estão alocadas em maior nível nos trabalhos extremamente precarizados. Reforçando esse argumento, Neri e Fontes (2010) destacam que esse segmento contribui significativamente para a intensificação da pobreza, de modo que é mais frequente e crônico no país do que o desemprego.

Soares (2000) realiza uma decomposição do diferencial de rendimentos no Brasil entre 1987 e 1998 a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). Os resultados da análise indicam que os diferenciais sofridos pelos homens negros são decorrentes, principalmente, de diferenças de qualificação, além da forte discriminação salarial e de inserção. Além disso, afirma que as mulheres negras sofrem todos os tipos de diferenciais de rendimentos. A qualificação é um fator determinante no processo de intensificação das desigualdades brasileiras. Nunes e Santos (2016) mensuram os diferenciais de rendimentos entre empregadores brancos e negros a partir dos microdados da PNAD de 2014. Ao aplicar o método de decomposição de Oaxaca-Blinder, os autores concluem que a escolaridade e a qualificação influenciam significativamente a obtenção de maiores rendimentos.

Barros, Franco e Mendonça (2007) também utilizam microdados da PNAD para avaliar o peso que a discriminação (por gênero e cor) e a segmentação (espacial, setorial e entre os segmentos formal e informal) possuem para a desigualdade de remuneração e renda *per capita* no Brasil entre 1995 e 2005. Os autores constroem indicadores de medidas do grau de discriminação e segmentação e concluem que a redução no grau de segmentação geográfica é um dos fatores que mais contribui para a redução das desigualdades.

Lima, Simões e Hermeto (2015) avaliam como as características individuais dos indivíduos e de localidade em que vivem influenciam a condição de ocupação, com base nos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os autores estimam modelos multinomiais para avaliar a influência desses fatores sobre a probabilidade de ocupação, desocupação e inatividade individual. Os resultados da análise indicam que características individuais tradicionalmente beneficiadas pelo mercado de trabalho, como a escolaridade, facilitam a inserção ocupacional (a qualificação é um dos principais meios para conseguir um emprego). Adicionalmente, em

termos regionais, os autores concluem que as áreas mais dinâmicas no que diz respeito à educação, indústria e rendimentos tendem a ofertar maiores e melhores oportunidades de trabalho. No entanto, microrregiões mais desenvolvidas e urbanizadas apresentam maior contingente de força de trabalho com elevada qualificação, empregos formais e ocupações intensivas em capital, o que torna mais difícil a inserção no mercado de trabalho, diante de maior concorrência – reforçando, novamente, o papel crucial que a educação e qualificação têm no processo de inserção produtiva.

Em uma perspectiva mais recente, no cenário de crise socioeconômica causado pela pandemia da Covid-19, dados apresentados em DIEESE (2021) demonstram que a desigualdade entre negros e outros grupos de cor (brancos, indígenas e amarelos) se aprofundou. Ao analisar os dados do primeiro e segundo trimestre de 2020 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) do IBGE, o estudo mostrou que entre os 8,9 milhões de trabalhadores que saíram da força de trabalho no período, 6,4 milhões eram trabalhadores negros. Além disso, entre o número de pessoas que perderam seus empregos no período, 71,4% eram trabalhadores pretos ou pardos. Adicionalmente, segundo dados da PNADC do segundo trimestre de 2021, ao analisar a inserção da população negra no mercado de trabalho nacional, observa-se a manutenção de disparidades raciais e regionais no país: a nível nacional, o estudo destaca as disparidades de rendimento existentes entre negros e outros grupos de cor, bem como o maior percentual de trabalhadores negros desprotegidos e subutilizados, comparativamente aos demais grupos.

Nesta perspectiva, é interessante analisar a distribuição espacial de trabalhadores no Brasil, segundo atributos individuais produtivos e não produtivos, especialmente àqueles relacionados à cor. Estes atributos podem dificultar (ou facilitar) o processo de emancipação socioeconômica para determinados grupos. Mais especificamente, no caso de indivíduos pretos e pardos, as interações entre atributos individuais e localização espacial podem dificultar a superação das raízes históricas da segmentação ocupacional no Brasil.

4 METODOLOGIA E BASE DE DADOS

Para a análise empírica serão utilizados os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), proveniente dos registros administrativos do Ministério do Trabalho e Previdência. A base de dados da RAIS possui periodicidade anual e cobre o mercado de trabalho formal brasileiro, uma vez que todas as organizações legais (públicas e privadas) são obrigadas a declará-la, por lei. Adicionalmente, as informações disponíveis no registro administrativo cobrem todo o território nacional, com diversas desagregações, atividades econômicas, ocupações, características individuais, entre outros.

Conforme ressaltado nos capítulos anteriores, a população negra possui as menores qualificações, está alocada em subemprego e possui menores rendimentos. Desta forma, a utilização da base de dados da RAIS, que possui informações apenas de empregos formais, compõe uma estratégia empírica relevante, visto que permite analisar a segregação por cor existente nos empregos, teoricamente, mais qualificados, relativamente estáveis e que possuem direitos e deveres vinculados à legislação trabalhista. Assim, a partir destes dados, será possível observar que mesmo no mercado de trabalho formal a população negra possui uma posição de subempregos e de persistente desigualdade.

Para a análise, optou-se por realizar a comparação entre trabalhadores brancos e negros, sendo o último grupo o objeto de ênfase desta monografia. Seguindo a caracterização de raça do IBGE, são considerados negros os trabalhadores classificados pretos e pardos para a análise. Deste modo, foram desconsiderados na análise comparativa os trabalhadores caracterizados em cor/raça como amarelos, indígenas e os não identificados nos dados de origem. No entanto, para o cálculo da proporção de cada grupo foi considerado o total geral, considerando todas as categorias de trabalhadores.

Cabe a ressalva que as informações disponibilizadas pela RAIS são declaradas pelos empregadores, isto é, eles declaram as informações de seus empregados. Nesse sentido, observa-se um quantitativo significativo de trabalhadores com raça “Não Identificada” – correspondendo a 28,2% do total de vínculos ativos.

Os recortes dos níveis de escolaridade dos indivíduos foram readequados e divididos em cinco categorias: (1) Analfabeto até Fundamental Incompleto; (2) Fundamental Completo; (3) Ensino Médio Incompleto; (4) Ensino Médio Completo e Superior Incompleto; e (5) Ensino superior e pós-graduação. Além disso, as atividades econômicas foram agrupadas a partir das Seções da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) da seguinte forma: (1)

Agricultura; (2) Comércio; (3) Construção Civil; (4) Indústrias De Transformação; (5) Indústrias Extrativas; (6) Serviços; (7) e Serviços Industriais de Utilidade Pública.

Assim, a base de dados utilizada foi construída a partir dos microdados da RAIS, de 2010 e 2019³. Será feita a análise dos vínculos empregatícios, por cor e raça, das seguintes variáveis: (i) por município e estado; (ii) escolaridade; (iii) faixa de remuneração média em salários-mínimos; e (iv) atividades econômicas. Informações mais detalhadas são descritas na tabela abaixo.

Tabela 01. Variáveis descritivas

Variável	Descrição
Atividade Econômica	Classe de Atividade Econômica, segundo classificação CNAE - versão 2.0
Escolaridade	Grau de instrução, correspondente ao nível de escolaridade do trabalhador
Faixa de remuneração	Faixa de remuneração média do ano do trabalhador em salários-mínimos
Município	Município de localização do estabelecimento
Raça/cor	Raça e cor do trabalhador. Neste caso, utilizado somente branco, preto e pardo.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da RAIS.

³ Houve uma revisão das informações da RAIS 2019, por parte do Ministério do Trabalho e Previdência, no entanto, no momento de construção desta monografia ainda não tinha sido disponibilizado os microdados atualizados.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 DISTRIBUIÇÃO OCUPACIONAL NO BRASIL

Em 2010, o Brasil possuía 44,1 milhões de trabalhadores formais, sendo 48,1% brancos e 27,5% negros – proporção de brancos significativamente superior que os trabalhadores pretos e pardos. O resultado demonstra, em 2010, grande disparidade racial nos empregados formais brasileiros.

É importante ressaltar que composição racial no mercado de trabalho formal guarda intensa relação com a estrutura racial das macrorregiões brasileiras. Nos estados da região Sul e no estado de São Paulo a maior parcela dos trabalhadores formais é composta por indivíduos brancos, principalmente nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que possuem percentual de brancos no mercado de trabalho formal superior a 70%, enquanto os negros não chegam a 7%. É possível visualizar essa distribuição nas Figuras 01 e 02, painéis (a), referentes, respectivamente, a 2010, os quais demonstram que os mercados de trabalho formais da região Centro-Sul do Brasil são majoritariamente compostos por indivíduos brancos. Por outro lado, os estados do Norte e Nordeste possuem percentual de negros no mercado de trabalho formal maior que os brancos.

Cabe ressaltar, entretanto, que a maior disparidade entre os grupos de cor nessas regiões se correlaciona com o processo de construção territorial do país. Conforme ressaltado por Cano (2007), cada província encontrou seu caminho para a nova estruturação do trabalho. A expansão da economia cafeeira, aliada ao desenvolvimento industrial da região, foi determinante para uma nova divisão territorial do trabalho no Brasil. Adicionalmente, como apresentado no Capítulo 2, a política de migração implementada com o intuito de suprir a força de trabalho necessária para o desenvolvimento destas regiões levou à segregação da população negra para os demais estados, sobretudo, Norte e Nordeste.

Nesse contexto, é interessante destacar que, principalmente, os estados do Sul do país possuem baixo percentual de força de trabalho negra, como consequência do desenvolvimento territorial e econômico brasileiro. Deste modo, inclusive nas subseções posteriores, o percentual menor de negros nesta região se deve, também, ao fato de ter menos negros na população destes estados como um todo. Este fato reitera, portanto, o processo de segregação da força de trabalho

negra das regiões mais dinâmicas do país diante do processo migratório que beneficiou estes entes⁴.

Em 2019, o Brasil registrou 47,6 milhões de trabalhadores formais. Destes, 15,3 milhões (32,2%) eram negros e 18,5 milhões (38,9%) eram brancos. Ainda que, proporcionalmente, os números sejam próximos, é possível observar o maior contingente de trabalhadores formais brancos, comparativamente aos negros. Regionalmente, o padrão por grupos de cor se manteve, persistindo a divisão regional de trabalho de predomínio branco na região Sul. Essas proporções equivalem nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina a, respectivamente, 8,7% e 9,0%. Para título de comparação, segundo levantamento do IBGE, em 2019 a proporção de negros em idade de trabalhar nesses estados era de 19,8% e 18,2%, respectivamente. Paralelamente, as regiões do Norte e Nordeste se caracterizam por apresentar uma proporção de negros no mercado de trabalho superior aos de brancos – em consonância com o percentual maior de negros em sua população⁵.

No período, observou-se um crescimento de, aproximadamente, 8% nos trabalhadores formais no Brasil. Em relação à cor/raça dos trabalhadores, os negros aumentaram em 26,3%, enquanto os brancos caíram 12,6%. De forma geral, todos os estados do país registraram redução no contingente de trabalhadores brancos. Em contrapartida, com exceção da Bahia, todos aumentaram seu contingente de empregados pretos e pardos. Os painéis (b) das Figuras 01 e 02, demonstram a distribuição espacial dos trabalhadores formais por grupos de cor no Brasil em 2019.

A proporção de brancos entre 2010 e 2019 diminuiu, em especial nas regiões Norte e Centro Oeste, enquanto a de negros aumentou. Na região Sul, principalmente, a concentração de trabalhadores negros no mercado formal permaneceu baixa com o passar dos anos.

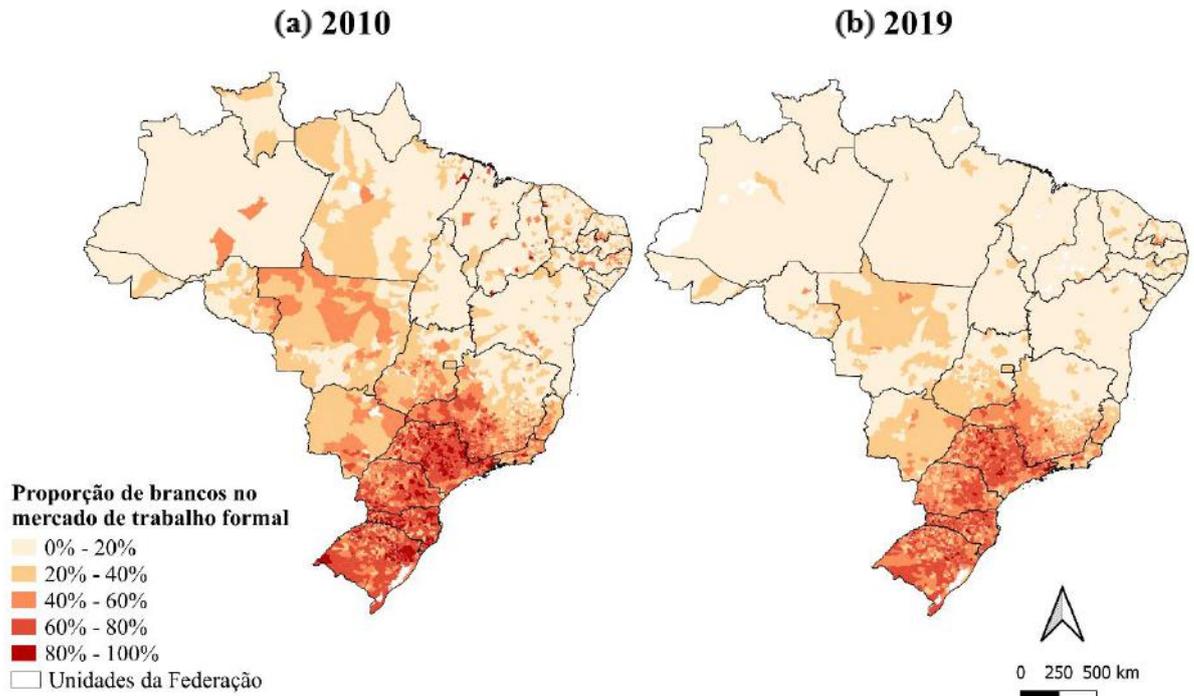
Em uma análise mais geral, os resultados apresentados reforçam que processo de segregação e segmentação ocupacional e regional enfrentado pelo Brasil possui reflexos até hoje. Como apresentado no Capítulo 2, a ausência de políticas governamentais voltada para a inserção da população negra contribuiu para alocar esses trabalhadores nas regiões menos dinâmicas do país, em subempregos, com menos remuneração e baixa qualificação (como serão mostrados nas subseções a seguir). Adicionalmente, como mostraram Lima, Simões e Hermeto

⁴ Segundo o Censo 2010 do IBGE, a população residente brasileira era composta por 50,74% negros e 47,73% brancos. Ao analisar os estados do Sul, a concentração de brancos se eleva: o estado do Paraná é composto por 70,23% brancos; Santa Catarina por 83,97%; e Rio Grande do Sul por 83,22%.

⁵ Na região Norte, a população negra era de 73,53% e o Nordeste era composto por 68,97%, segundo dados do Censo 2010 do IBGE.

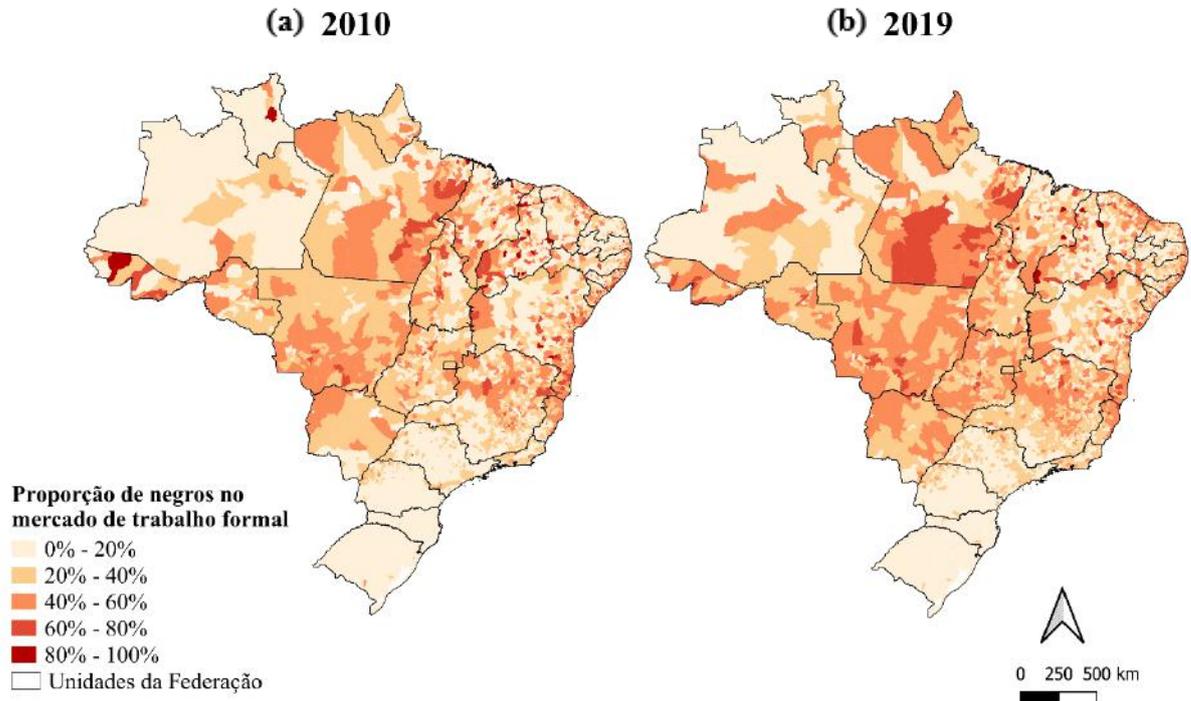
(2015), regiões mais desenvolvidas demonstraram possuir uma força de trabalho com mais empregos formais com maior qualificação, dificultando a inserção no mercado de trabalho.

Figura 01 – Proporção de trabalhadores brancos (Brasil, 2010/2019)



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da RAIS.

Figura 02 - Proporção de trabalhadores negros (Brasil, 2010/2019)



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da RAIS.

5.2 ESCOLARIDADE

Soares (2000) e Lima, Simões e Hermeto (2015) mostraram em seus trabalhos que um maior nível de escolaridade e qualificação profissional facilita a inserção ocupacional de trabalhadores, bem como maiores rendimentos de trabalho. Diante disso, é interessante observar o grau de instrução dos trabalhadores formais, por grupo de cor, buscando explicar a persistente dificuldade de inserção de trabalhadores negros no mercado de trabalho formal, sobretudo, em regiões mais desenvolvidas, que tendem a ter uma força de trabalho mais qualificada.

Em 2010, os trabalhadores formais brancos estavam em maior proporção em todos os grupos de escolaridade. Ressalta-se a baixa proporção de negros no grupo de trabalhadores com Ensino Médio completo e Ensino Superior incompleto (28,6% do total de empregados formais). Quando são analisados os trabalhadores negros apenas do grupo Ensino Superior essa proporção é ainda menor, 10,3%, o que demonstra a disparidade educacional entre os grupos de trabalhadores por grupos de cor em todo o território nacional.

Em 2019, no grupo de trabalhadores analfabetos ou que possuem Ensino Fundamental incompleto os negros estão em maior proporção em comparação aos brancos. Quando são

analisados os trabalhadores com Ensino Fundamental completo, os brancos passam a ser em maior proporção. Com Ensino Médio incompleto até Ensino Superior incompleto, as proporções entre brancos e negros são semelhantes (ver Tabela 02), ainda que o contingente de brancos seja maior. Já entre os trabalhadores formais com Ensino Superior ou pós-graduação, a diferença entre brancos e negros é a mais significativa: os brancos são mais que o dobro que os trabalhadores negros.

Os dados evidenciam o que o nível de escolaridade pode funcionar como um entrave estrutural significativo para a população negra no mercado de trabalho formal. De acordo com a literatura apresentada, os trabalhadores negros parecem possuir uma maior dificuldade de inserção educacional, sobretudo, no Ensino Superior. Este entrave, por sua vez, possui consequências para a inserção destes trabalhadores em trabalhos mais qualificados, com maiores rendimentos, e em regiões mais dinâmicas.

Tabela 02. Composição amostral por grupo de cor e níveis de escolaridade (Brasil, 2010/2019)

(a) 2010					
Escolaridade	Branços	Negros	Total Geral	% Brancos	% Negros
Analfabeto até Fund. Incompleto	3.317.634	2.697.599	7.237.508	45,8%	37,3%
Fund. Completo	2.989.026	1.728.868	5.798.913	51,5%	29,8%
Ensino Médio Incompleto	1.875.678	1.165.881	3.497.540	53,6%	33,3%
Médio Completo e Superior Incompleto	10.009.571	5.790.171	20.262.449	49,4%	28,6%
Ensino superior e pós-graduação	2.998.068	750.100	7.271.945	41,2%	10,3%
Total	21.189.977	12.132.619	44.068.355	48,1%	27,5%
(b) 2019					
Escolaridade	Branços	Negros	Total Geral	% Brancos	% Negros
Analfabeto até Fund. Incompleto	1.694.399	1.888.032	4.429.001	38,3%	42,6%
Fund. Completo	1.594.967	1.342.549	3.769.976	42,3%	35,6%
Ensino Médio Incompleto	1.207.511	1.195.257	2.842.273	42,5%	42,1%
Médio Completo e Superior Incompleto	9.967.427	9.163.083	25.619.142	38,9%	35,8%
Ensino superior e pós-graduação	4.045.291	1.732.231	10.893.819	37,1%	15,9%
Total	18.509.595	15.321.152	47.554.211	38,9%	32,2%

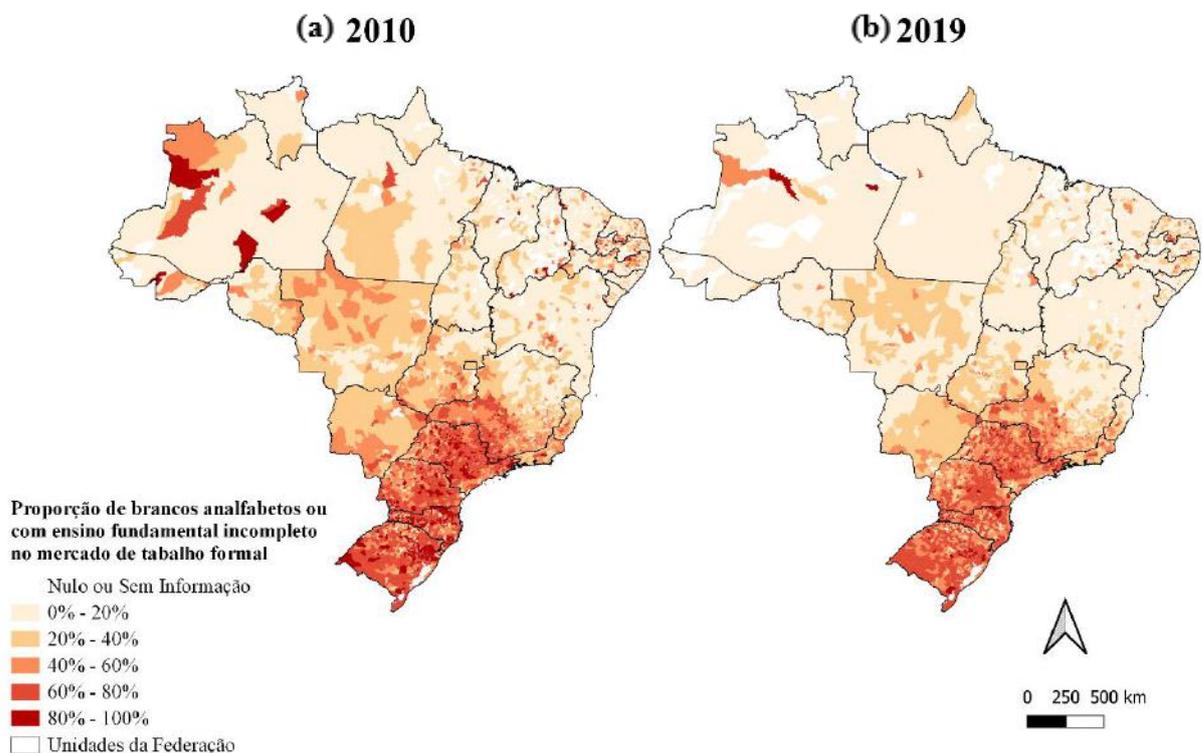
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da RAIS.

De maneira geral, entre 2010 e 2019, foi possível observar uma redução das disparidades raciais dos níveis educacionais ao longo dos anos, o que pode estar relacionado ao aumento da escolaridade média da população brasileira no período. A única exceção foi o grupo de trabalhadores que possuem Ensino Superior e/ou pós-graduação, no qual a diferença da proporção apresentou um leve aumento ao longo da década.

Para a realização de uma análise regional, foram destacados dois grupos de escolaridade: Analfabeto até Fundamental Incompleto e Ensino superior e pós-graduação. A escolha dos grupos considerou o fato de serem, em tese, os dois níveis extremos de escolaridade. Espera-se evidenciar as características espaciais da disparidade educacional entre os grupos de trabalhadores.

Ao analisar a Figura 03, relacionada à proporção dos trabalhadores brancos analfabetos ou com Ensino Fundamental incompleto, observa-se que os valores mais expressivos estão concentrados, em ambos os anos, na região Sul do país. Resultado que vai em linha com a maior proporção de trabalhadores brancos totais no país. Observa-se que entre 2010 e 2019, a proporção de trabalhadores brancos de baixa escolaridade na região Centro-Oeste diminuiu, o que pode estar relacionado, entre outros fatores, à entrada de trabalhadores negros menos qualificados na região – em linha, também, com a maior proporção de pretos e pardos na região.

Figura 03. Proporção de trabalhadores brancos Analfabetos ou com Ensino Fundamental Incompleto (Brasil, 2010/2019)

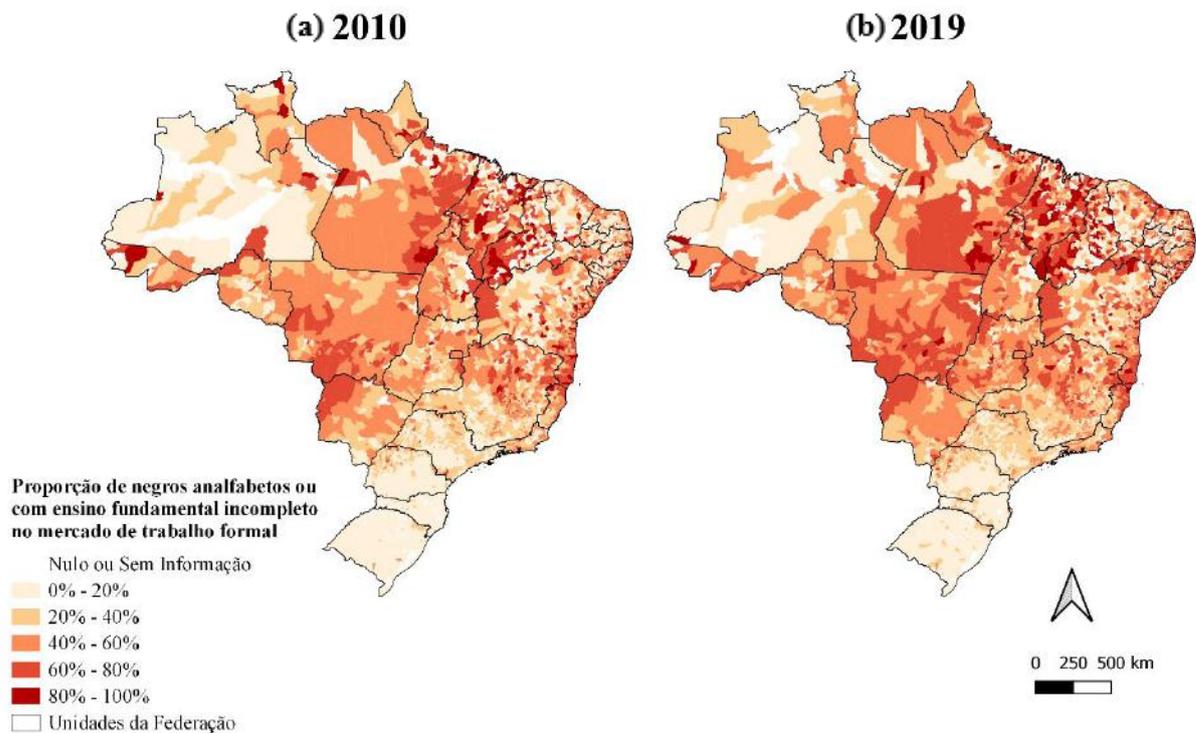


Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da RAIS.

A Figura 04 apresenta a distribuição espacial da proporção de trabalhadores negros de menor escolaridade em 2010 e 2019. Os municípios da região Sul apresentam as menores

proporções – em linha com a menor quantidade de trabalhadores pretos e pardos em geral nesta região. Em contrapartida, os municípios das demais regiões do país apresentam percentuais mais elevados, em especial, nas regiões Norte e Nordeste. Em 2010, o percentual de trabalhadores pretos e pardos analfabetos ou com Ensino Fundamental incompleto se mostrava maior nos municípios do Nordeste. Com a passagem da década, aumentou o percentual de trabalhadores negros de menor grau de instrução em municípios das regiões Norte, em especial no Pará, e Centro Oeste, principalmente Mato Grosso do Sul. Cabe destacar que, em 2019, com exceção dos estados do Sul e São Paulo, os trabalhadores negros analfabetos ou com Ensino Fundamental incompleto estão em maior proporção em todos os estados no país. Ou seja, com os trabalhadores negros de baixo nível de instrução alocados nas regiões menos desenvolvidas do país.

Figura 04. Proporção de trabalhadores negros Analfabetos ou com Ensino Fundamental Incompleto (Brasil, 2010/2019)



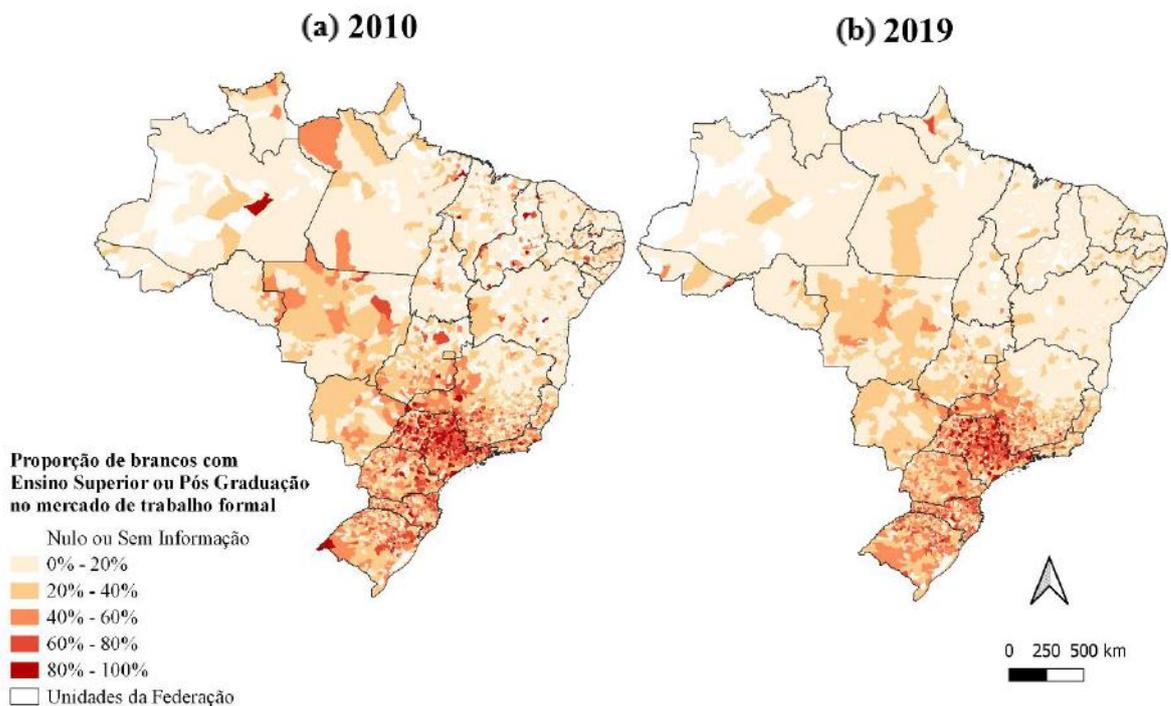
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da RAIS.

Para os trabalhadores com Ensino Superior, o cenário é similar: concentração dos brancos no Sul do Brasil, enquanto os negros estão em baixa proporção, em ambos os anos. Os trabalhadores brancos com maior grau de instrução estavam presentes principalmente na região Sul do país em 2010, com percentual um pouco menor no Centro-Oeste. Com o passar dos anos,

em 2019, a proporção de trabalhadores brancos no Centro-Oeste diminuiu, mas no Sul do país manteve-se, relativamente, a mesma.

Em contrapartida, ressalta-se a baixa proporção de municípios com elevada proporção de trabalhadores pretos e pardos com Ensino Superior em todo o país, tanto em 2010 como em 2019. Evidencia-se, principalmente, o baixo percentual nos estados do Sul brasileiro e em São Paulo⁶ (o oposto ocorre com os brancos, que representam aproximadamente 50% dos trabalhadores formais com Ensino Superior nestes quatro estados). Apesar do aumento da escolaridade média brasileira no período em análise, observa-se que a disparidade entre os grupos de trabalhadores permanece significativa e preocupante. Os empregados formais pretos e pardos aparecem em maior proporção no Norte e Nordeste do país em 2010, e, adicionalmente, no Centro Oeste em 2019.

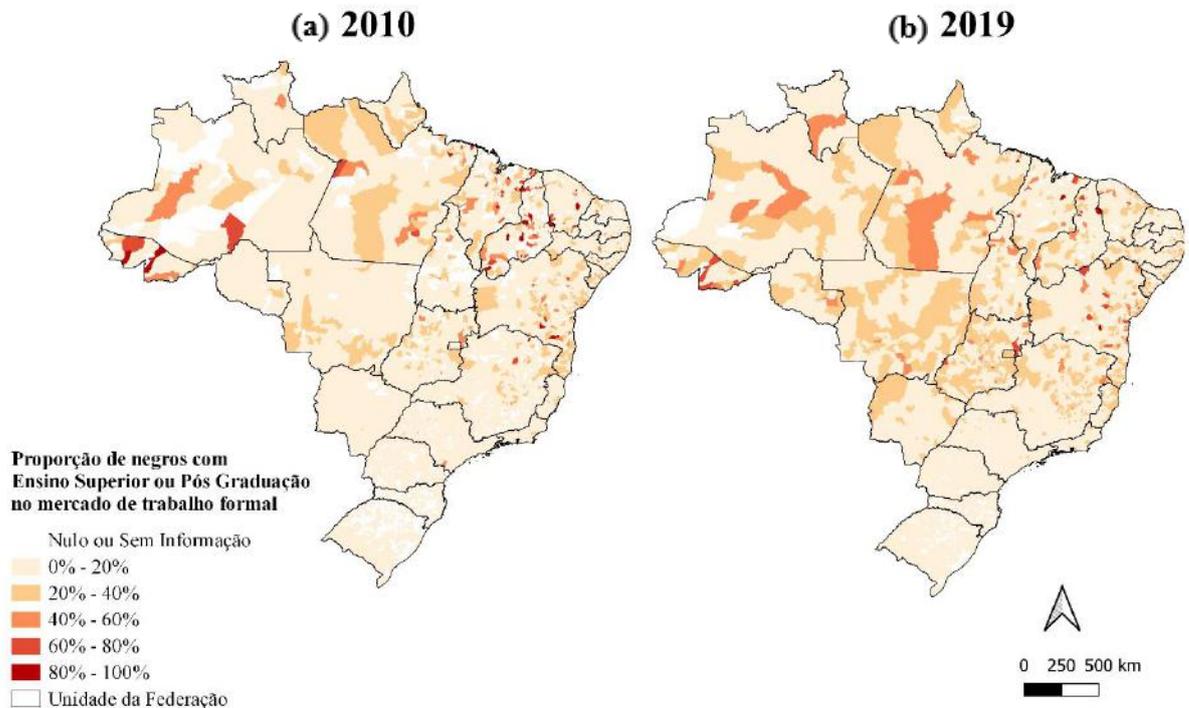
Figura 05. Proporção de trabalhadores brancos com Ensino Superior ou Pós-Graduação (Brasil, 2010/2019)



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da RAIS.

⁶ Em 2010: Paraná com 3,0%; Rio Grande do Sul com 1,5%; Santa Catarina com 1,3%; e São Paulo 6,9%. Em 2019: Paraná com 5,8%; Rio Grande do Sul com 3,0%; Santa Catarina com 3,6%; e São Paulo com 13,4%.

Figura 06. Proporção de trabalhadores negros com Ensino Superior ou Pós-Graduação (Brasil, 2010/2019)



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da RAIS.

Os resultados apresentados estão de acordo, portanto, com o apresentado por Soares (2000), Barros, Franco e Mendonça (2007) e Lima, Simões e Hermeto (2015), os quais mostram que a qualificação e a segmentação geográfica são fatores determinantes no processo de intensificação da desigualdade no país.

5.3 REMUNERAÇÃO

Conforme ressaltado por DIEESE (2021), a inserção de negros no mercado de trabalho sempre foi marcada por dificuldades estruturais maiores que para outros grupos de cor. Essa tendência está relacionada à provável associação entre subutilização e menores rendimentos. Quando observada a remuneração recebida pelos trabalhadores, as desigualdades socioeconômicas são evidenciadas. Com exceção daqueles que recebem até meio salário-mínimo, observa-se que o percentual de empregados pretos e pardos, em ambos os anos, diminui conforme aumenta a faixa de remuneração média em salários-mínimos. Paralelamente, é possível observar uma maior proporção dos trabalhadores brancos em todas as faixas de

remuneração, com as disparidades tornando-se mais intensas conforme aumenta a faixa de renda.

Tabela 03. Composição amostral por grupo de cor e faixas de remuneração média em salários-mínimos (Brasil, 2010/2019)

(a) 2010					
Faixa de renda	Branco	Negros	Total Geral	% Branco	% Negros
Até 0,50 SM	78.382	58.189	186.387	42,1%	31,2%
0,51 a 1,00 SM	826.566	766.314	2.116.144	39,1%	36,2%
1,01 a 1,50 SM	6.497.507	5.013.749	13.839.698	46,9%	36,2%
1,51 a 2,00 SM	4.457.523	2.476.211	8.404.135	53,0%	29,5%
2,01 a 3,00 SM	3.818.259	1.892.207	7.534.182	50,7%	25,1%
3,01 a 4,00 SM	1.702.580	728.535	3.587.277	47,5%	20,3%
4,01 a 5,00 SM	898.730	342.161	2.049.683	43,8%	16,7%
5,01 a 7,00 SM	951.122	313.900	2.230.728	42,6%	14,1%
7,01 a 10,00 SM	669.448	186.185	1.482.792	45,1%	12,6%
10,01 a 15,00 SM	479.454	108.357	1.026.544	46,7%	10,6%
15,01 a 20,00 SM	207.515	38.903	435.308	47,7%	8,9%
Mais de 20,00 SM	242.407	35.283	573.793	42,2%	6,1%

(b) 2019					
Faixa de renda	Branco	Negros	Total Geral	% Branco	% Negros
Até 0,50 SM	96.742	131.341	284.290	34,0%	46,2%
0,51 a 1,00 SM	657.815	811.423	2.071.415	31,8%	39,2%
1,01 a 1,50 SM	4.688.282	5.714.835	13.635.072	34,4%	41,9%
1,51 a 2,00 SM	4.066.698	3.327.370	9.628.425	42,2%	34,6%
2,01 a 3,00 SM	3.559.411	2.537.052	8.417.544	42,3%	30,1%
3,01 a 4,00 SM	1.566.425	926.985	3.829.630	40,9%	24,2%
4,01 a 5,00 SM	824.893	413.785	2.143.872	38,5%	19,3%
5,01 a 7,00 SM	856.495	360.723	2.301.496	37,2%	15,7%
7,01 a 10,00 SM	592.935	203.184	1.510.652	39,3%	13,5%
10,01 a 15,00 SM	409.542	111.293	999.003	41,0%	11,1%
15,01 a 20,00 SM	166.592	37.741	417.888	39,9%	9,0%
Mais de 20,00 SM	186.708	32.465	459.384	40,6%	7,1%

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da RAIS.

Entre 2010 e 2019, destaca-se o maior percentual de negros recebendo até meio salário-mínimo no último ano (em 2010 os brancos eram maioria nessa faixa). Esse movimento pode estar relacionado à entrada de pretos e pardos no mercado de trabalho formal, no entanto, em trabalhos mais precarizados com rendas menores. Assim como no período da abolição, conforme ressaltam Theodoro (2005) e Buccifero (2015), trabalhadores negros são alocados

em uma economia de subsistência e em empregos mal remunerados, recebendo o mínimo para sobreviver, ainda que em menor proporção do que a observada no século XIX.

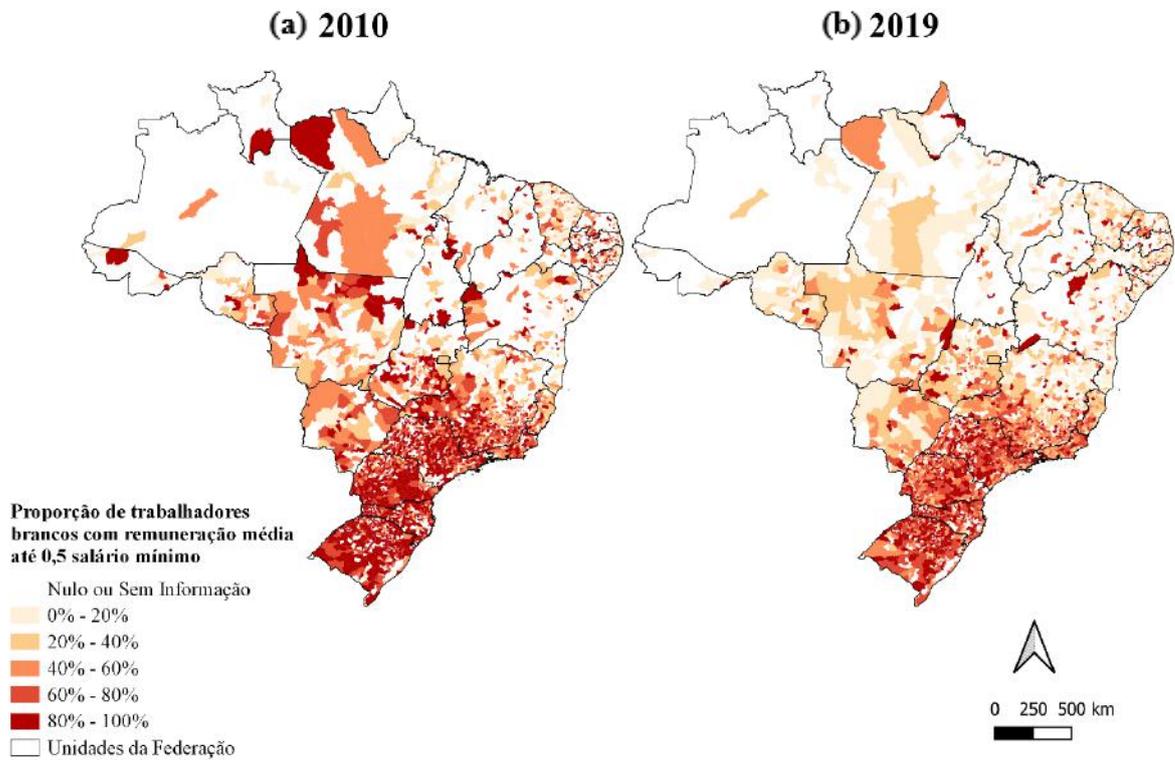
Similar ao cenário observado em 2010, a partir da faixa de remuneração correspondente a um salário-mínimo, o percentual de negros diminui à medida que a renda recebida pelos trabalhadores aumenta. Os trabalhadores brancos, por sua vez, se mantêm relativamente estáveis ao longo dos anos. Nesse sentido, evidencia-se a disparidade ainda existente, assim como o evidenciado por Leão, Souza e Riemann (2020).

Assim como para escolaridade, para a realização de uma análise regional foram destacados dois grupos de faixa de remuneração média: aqueles que recebem até 0,5 salário-mínimo e os que recebem mais de 20 salários-mínimos. Também se considerou na escolha dos grupos o fato de serem, em tese, os dois níveis extremos de renda, com o intuito de evidenciar ainda mais a disparidade entre os grupos de trabalhadores.

Regionalmente, os trabalhadores brancos que recebiam até meio salário-mínimo também estavam localizados em maior proporção nos municípios das regiões Sul e Sudeste (Figura 07). Em 2010, estes trabalhadores também apareciam em proporção significativa em alguns municípios das demais regiões do país. Em 2019, no entanto, esse percentual apresentou redução, o que pode estar relacionado à entrada de mais trabalhadores negros nas regiões recebendo remunerações abaixo de um salário-mínimo.

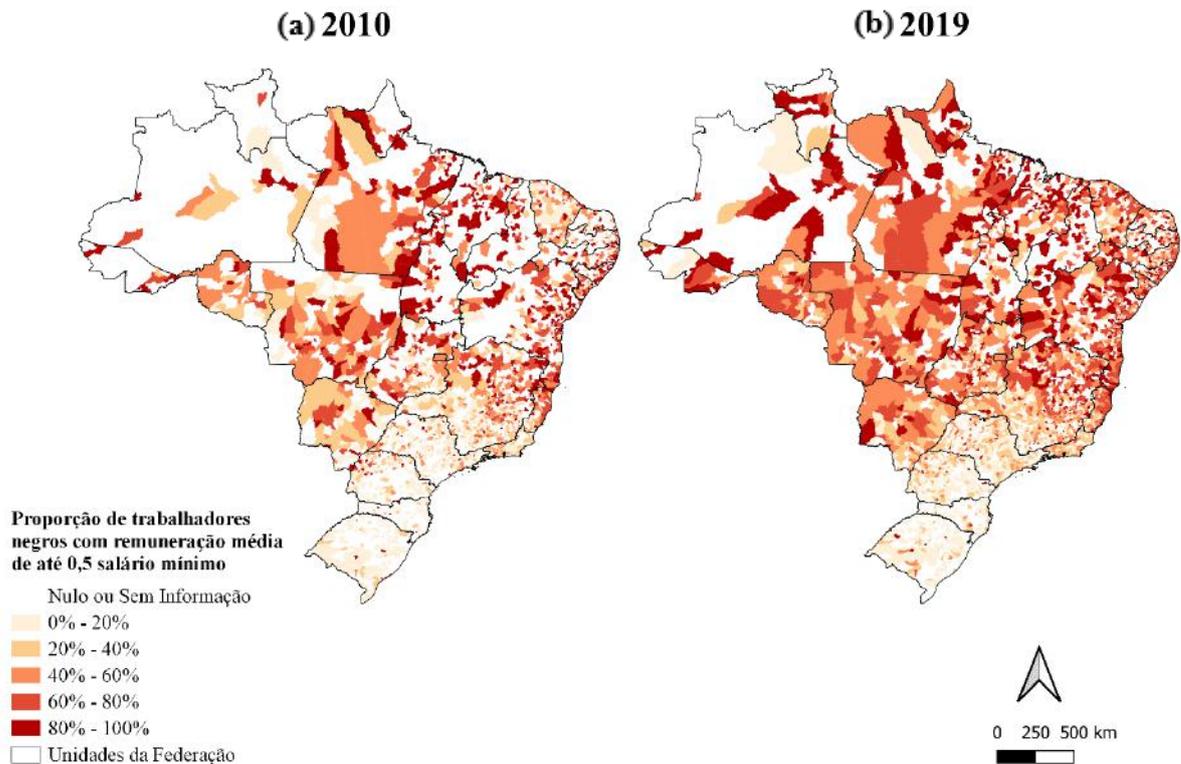
Figura 07 - Proporção de trabalhadores brancos com remuneração média até $\frac{1}{2}$ salário-mínimo (Brasil, 2010/2019)

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da RAIS.



Os trabalhadores negros que recebem até $\frac{1}{2}$ salário-mínimo aparecem em menor proporção nos municípios do Sul em ambos os anos analisados (Figura 08) – indo em linha com a menor proporção de negros na região. Em 2010, os trabalhadores pretos e pardos classificados nesta faixa salarial se concentravam, principalmente, nas regiões fora do eixo Sul-Sudeste do país, reforçando argumento utilizado por Theodoro (2005), o qual afirma que os trabalhadores negros se inserem, majoritariamente, em trabalhos pouco qualificados nas regiões menos desenvolvidas do país. Em 2019, o cenário permaneceu o mesmo, no entanto, com uma concentração mais acentuada e disseminada entre os municípios. Neste ano o percentual de negros só não é maior que o de brancos na região Sul, em São Paulo e no Rio de Janeiro – onde também são minoria no total de trabalhadores. Evidencia-se, diante disso, uma provável entrada de trabalhadores pretos e pardos nos municípios fora do eixo Centro Sul do país, com inclusão de indivíduos menos qualificados e com menor remuneração.

Figura 08 - Proporção de trabalhadores negros com remuneração média até $\frac{1}{2}$ salário-mínimo (Brasil, 2010/2019)



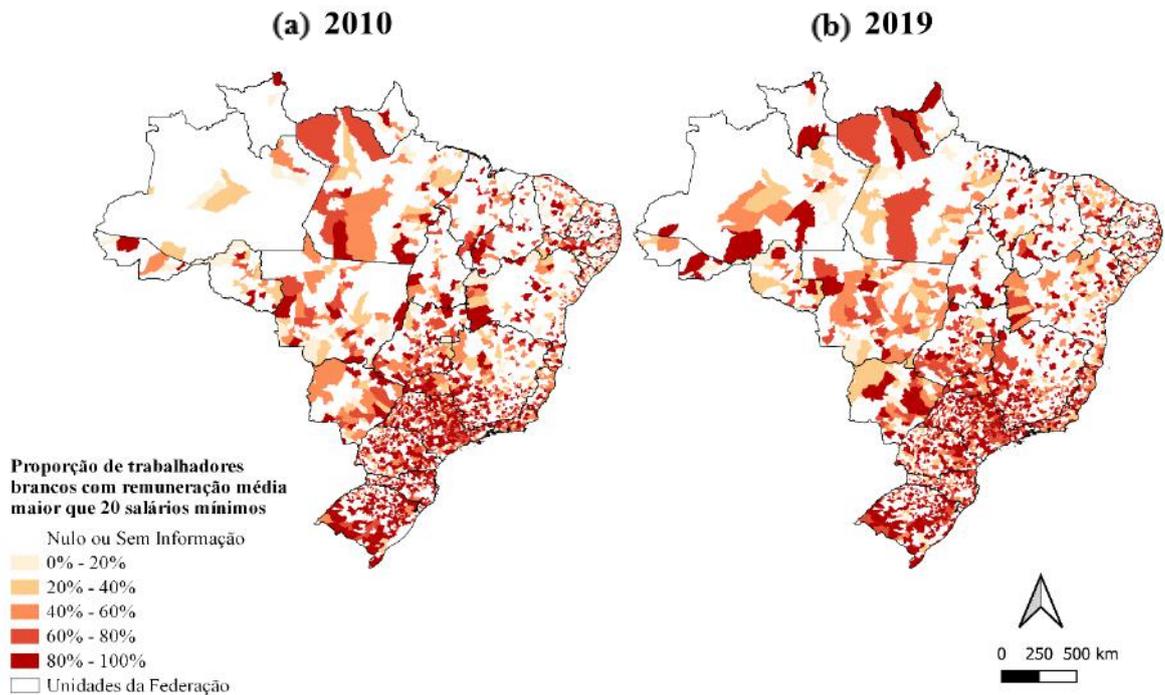
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da RAIS.

As Figuras 09 e 10 demonstram as proporções de trabalhadores segundo grupos de cor que recebem remunerações superiores a 20 salários-mínimos. Os brancos estão em maior proporção que os negros em quase a totalidade dos estados do país⁷ em ambos os anos. Apesar disso, é possível observar uma maior concentração nas localidades do Sul e Sudeste do país.

Os trabalhadores pretos e pardos, por sua vez, possuem baixa representatividade neste grupo em praticamente todas as regiões do país. Entre 2010 e 2019 é possível observar um aumento relativo no percentual de negros em algumas localidades do país, no entanto, quando comparado aos brancos, a disparidade se evidencia e permanece.

⁷ Em 2010, as exceções foram: Acre, Piauí e Sergipe. Em 2019, foram: Amazonas, Piauí, Roraima e Sergipe.

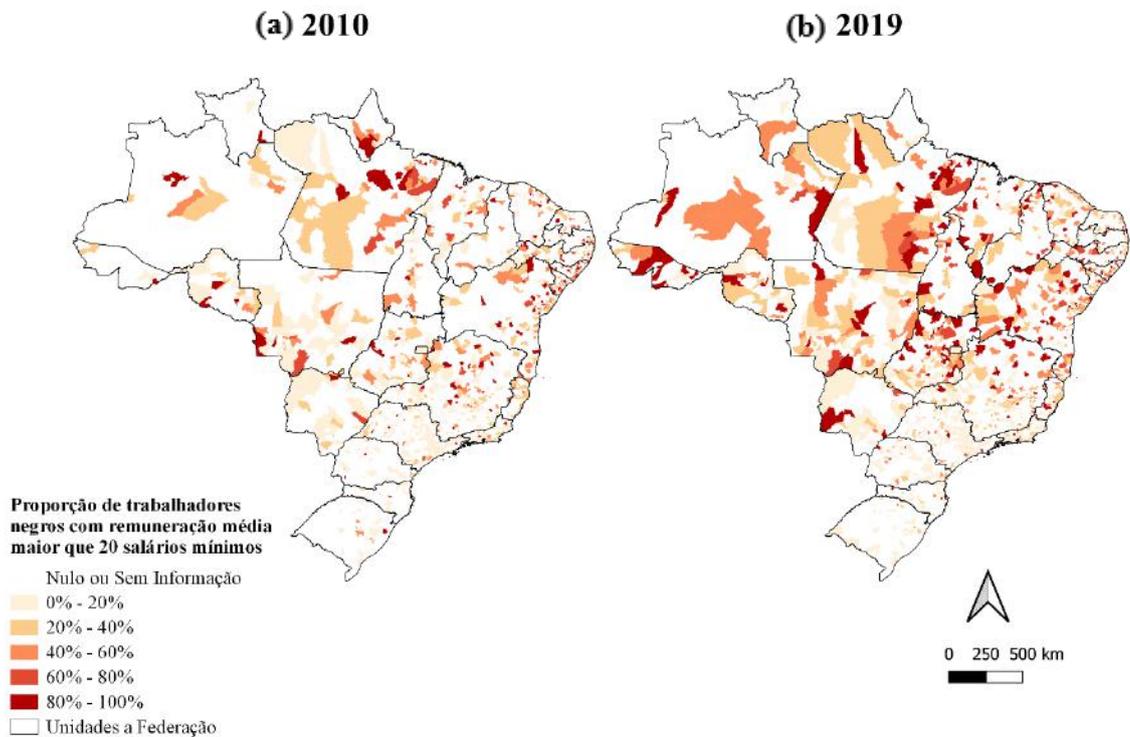
Figura 09 - Proporção de trabalhadores brancos com remuneração média maior que 20 salários-mínimos (Brasil, 2010/2019)



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da RAIS.

As tendências observadas são similares aos resultados apresentados por Soares (2000) e Nunes e Santos (2006). Os autores afirmam que os baixos indicadores de escolaridade e qualificação influenciam significativamente a obtenção de menores remunerações. A maior entrada de trabalhadores negros com menor qualificação pode ser interpretada também como um crescimento da quantidade de trabalhadores que passaram a receber menos que um salário-mínimo no mercado de trabalho formal brasileiro.

Figura 10 - Proporção de trabalhadores brancos com remuneração média maior que 20 salários-mínimos (Brasil, 2010/2019)



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da RAIS.

5.4 ATIVIDADE ECONÔMICA

Kowarick (1994) e Theodoro (2009) ressaltam em seus trabalhos que os trabalhadores livres, majoritariamente negros, no período abolicionista encontraram dificuldades de inserção em setores mais dinâmicos da economia, como a Indústria, que estava em processo de desenvolvimento em São Paulo. Nesse sentido, é interessante observar a composição racial dos mercados de trabalho brasileiros de acordo com setores de atividade econômica. A ideia subjacente é analisar se existe segmentação espacial de atividades produtivas, bem como segmentação por grupos de cor.

A Tabela 04 demonstra que em 2010, com exceção do setor de Construção Civil, todas os setores produtivos da economia possuíam mais trabalhadores formais brancos em comparação a negros, o que corrobora os argumentos utilizados no Capítulo 03 sobre segmentação não produtiva no Brasil e maior presença de pessoas brancas em empregos formais no mercado de trabalho nacional. Ressalta-se, entre as atividades, a maior disparidade na Indústrias de Transformação, segmento conhecido por necessitar de maior especialização e

formação educacional para as atividades laborais. A Construção Civil, por sua vez, destaca-se por ser o único segmento com o maior percentual de negros que brancos em suas atividades. Pode-se salientar, a partir disso e do contexto histórico mostrado anteriormente, a persistência da estrutura ocupacional em que os negros trabalham em atividades mais intensivas em mão de obra e de maior esforço físico, como Construção Civil.

Tabela 04 - Composição amostral por grupo de cor e atividade econômica (Brasil, 2010/2019)

(a) 2010					
Atividade Econômica	Brancos	Negros	Total Geral	% Brancos	% Negros
Agricultura	787.647	579.493	1.450.065	54,3%	40,0%
Comércio	5.051.914	2.774.836	8.312.829	60,8%	33,4%
Construção	1.178.591	1.276.219	2.633.674	44,8%	48,5%
Indústrias De Transformação	4.813.469	2.264.317	7.517.123	64,0%	30,1%
Indústrias Extrativas	106.402	86.058	211.216	50,4%	40,7%
Serviços	9.023.054	5.003.802	23.510.004	38,4%	21,3%
Serviços Industriais de Utilidade Pública	228.900	147.894	433.444	52,8%	34,1%
Total	21.189.977	12.132.619	44.068.355	48,1%	27,5%

(b) 2019					
Atividade Econômica	Brancos	Negros	Total Geral	% Brancos	% Negros
Agricultura	642.732	658.705	1.482.537	43,4%	44,4%
Comércio	4.327.653	3.697.950	9.385.181	46,1%	39,4%
Construção	749.378	1.091.324	2.167.752	34,6%	50,3%
Indústrias De Transformação	3.678.495	2.417.606	6.840.460	53,8%	35,3%
Indústrias Extrativas	94.292	105.949	227.838	41,4%	46,5%
Serviços	29.497.498	16.834.248	58.035.346	50,8%	29,0%
Serviços Industriais de Utilidade Pública	82.961	32.152	120.591	68,8%	26,7%
Total	39.073.009	24.837.934	78.259.705	49,9%	31,7%

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da RAIS.

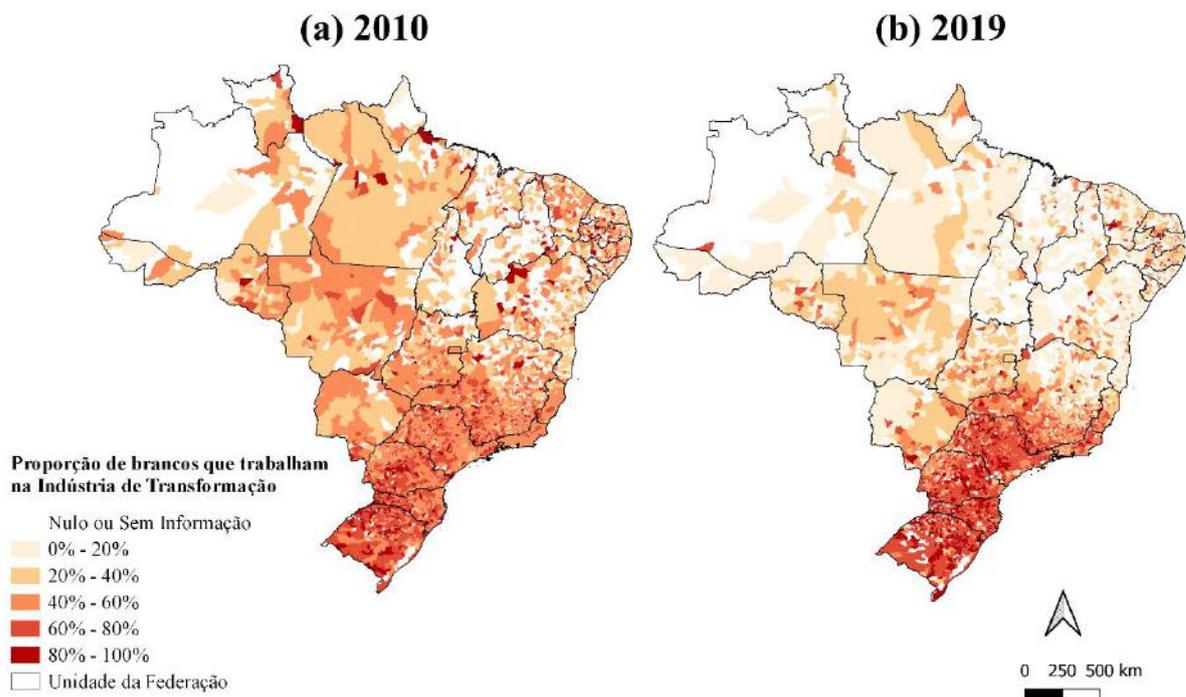
Em 2019 o mercado de trabalho formal medido pela RAIS mostrou um cenário de menor disparidade racial, comparativamente a 2010. A Agricultura apresentou maior equidade entre brancos e negros, com os trabalhadores pretos e pardos ultrapassando levemente a proporção dos brancos. As Indústrias Extrativas seguiram o mesmo caminho, e os negros passaram a estar em maior proporção que os brancos na atividade produtiva.

De modo geral, todas as atividades reduziram as disparidades na proporção entre brancos e negros entre 2010 e 2019. As Indústria de Transformação, no entanto, ainda se destaca como sendo a que possui a maior diferença no percentual de brancos e negros, indo em linha com o apresentado por Kowarick (1994) e por Theodoro (2009), o que evidencia a persistência

desta segmentação, ainda que em menor nível no último ano. Neste sentido, para a realização de uma análise regional, foi destacado o segmento das Indústrias de Transformação, considerando o fato de apresentarem a maior disparidade racial entre as atividades econômicas.

Ao analisar a Figura 11, relacionada à proporção dos trabalhadores brancos nas Indústrias de Transformação, observa-se que os valores mais expressivos estão concentrados, em ambos os anos, na região Sul do país. Em 2010, os trabalhadores ainda se mostram mais distribuídos pelas outras regiões. No entanto, com o passar da década, o percentual de indivíduos brancos que trabalham no segmento nas regiões Norte e Nordeste diminuiu significativamente. Em 2019, estes trabalhadores se concentram principalmente no Centro-Sul, região mais dinâmica do país.

Figura 11 - Proporção de trabalhadores brancos que trabalham nas Indústrias de Transformação (Brasil, 2010/2019)

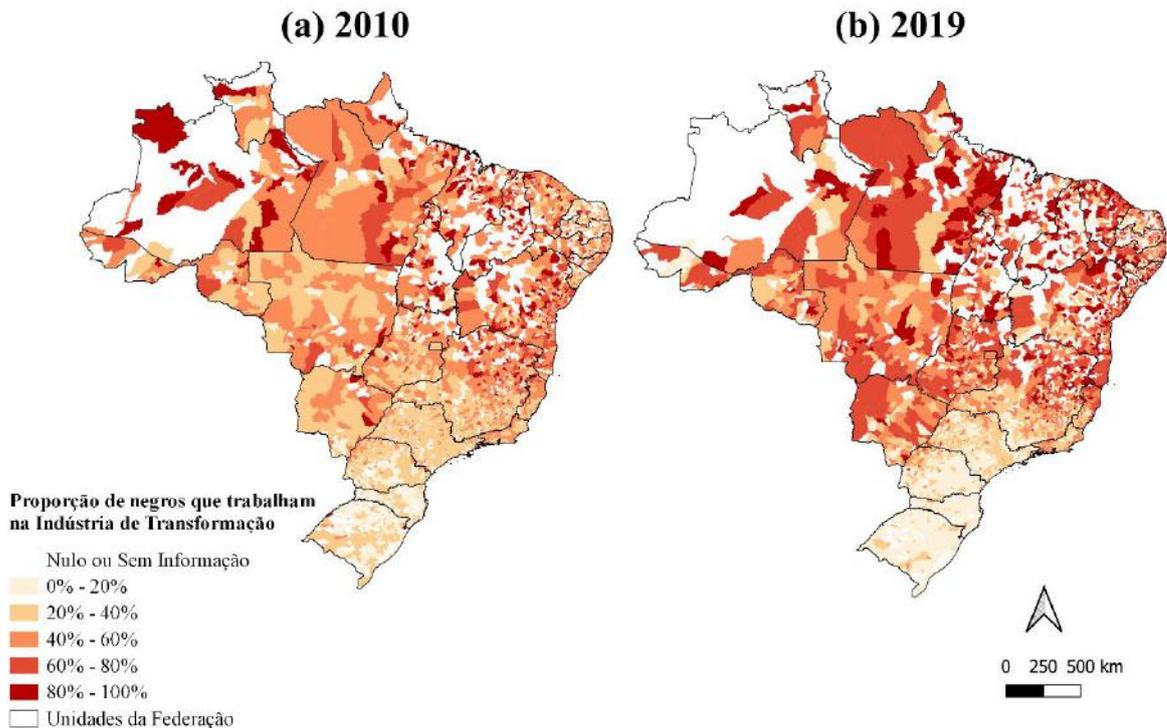


Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da RAIS.

Em contrapartida, a Figura 12 demonstra a proporção dos trabalhadores negros nas Indústrias de Transformação, na qual é possível observar uma maior concentração dos trabalhadores pretos e pardos fora do eixo Sul-Sudeste do Brasil tanto em 2010 como em 2019. Na passagem dos anos, houve aumento na proporção dos indivíduos negros que trabalham no segmento, principalmente nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Cabe destacar que os municípios da região Sul e São Paulo aumentaram a proporção de trabalhadores brancos, enquanto houve a redução de negros no segmento neste período. Reforça-se, portanto, um crescimento maior de trabalhadores brancos na Indústria de Transformação em comparação aos negros, entre 2010 e 2019, principalmente na região Centro-Sul do país.

Figura 12 - Proporção de trabalhadores negros que trabalham nas Indústrias de Transformação (Brasil, 2010/2019)



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da RAIS.

Os resultados apresentados nesta subseção podem ser associados aos argumentos apresentados no Capítulo 2 da monografia e ressaltam o caráter histórico e estrutural da segmentação enfrentada pelo mercado de trabalho brasileiro e suas atividades produtivas. O desenvolvimento do Centro Sul brasileiro, sobretudo, industrial, impactou positivamente toda a economia regional, indo em contramão ao que ocorria no restante do país. Adicionalmente, também é possível ver o reflexo da formação da força de trabalho nessa região, com a segregação da população negra das atividades mais produtivas, em menor proporção.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura histórica e empírica que discorre sobre a formação econômica do país e sobre seus níveis de desigualdade racial e regional aponta para as raízes históricas que o cenário socioeconômico do país carrega, em especial quando se refere à população negra.

A formação socioeconômica brasileira foi marcada pela dependência da economia escravista, aliada a um caráter mercantil voltado para exterior. O processo abolicionista, por sua vez, foi marcado pela segregação e discriminação da população negra, ex-escrava. A ausência de políticas de inserção para esta população foi um dos fatores para colocar essa força de trabalho em regiões menos desenvolvidas e fora do eixo dinâmico do país, com subempregos e baixos rendimentos.

Mesmo após a escravidão, o que se observou nos anos seguintes, e se observa atualmente, ainda que em menor grau, é a permanente dificuldade de absorção desta mão de obra negra no mercado de trabalho nacional, sobretudo, em empregos de altos rendimentos. Neste cenário, esta monografia analisou o mercado de trabalho formal brasileiro, sob um olhar para as disparidades existentes e persistentes entre os trabalhadores brancos e negros.

Entre os principais resultados, observou-se maior concentração de trabalhadores brancos no Centro-Sul do Brasil, destacando-se os estados do Sul e São Paulo com as maiores disparidades tanto em 2010 como em 2019. Os trabalhadores negros, por sua vez, se concentram nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, alocados nas regiões menos dinâmicas. As tendências observadas a partir dos dados da RAIS estão de acordo com a literatura apresentada de segregação da população negra diante da política de migração implementada nas regiões Sul e Sudeste país no século XIX, que possui reflexos atualmente.

Adicionalmente, analisando o indicador de escolaridade, as disparidades raciais ficaram mais evidentes. Observou-se, de forma geral, uma redução do percentual de negros conforme a escolaridade aumenta. O destaque principal foi para os grupos de trabalhadores com Ensino Superior completo ou pós-graduação, com a disparidade percentual entre brancos e negros nesta categoria sendo a mais discrepante entre todas. Além disso, regionalmente, o percentual de negros com Ensino Superior se mostrou baixa em todo o país e com os menores percentuais no Centro Sul. Adicionalmente, a proporção de trabalhadores negros analfabetos ou com Ensino Fundamental incompleto aumentou entre 2010 e 2019, sinalizando a absorção de trabalhadores pretos e pardos de baixa qualificação.

Outra variável que evidencia a intensa desigualdade existente no mercado de trabalho formal brasileiro é a remuneração recebida pelos trabalhadores. A análise dos dados mostrou que, de forma geral, conforme aumenta o salário recebido pelos trabalhadores, a proporção de negros diminui, enquanto os trabalhadores brancos permanecem relativamente estáveis. Um

resultado a ser destacado é provável entrada de trabalhadores negros entre 2010 e 2019 em grupos salariais de baixa remuneração (menos de 01 salário-mínimo) – mostrando que a entrada de pretos e pardos no mercado de trabalho formal se relaciona com o recebimento de rendimentos menores e menor qualificação.

Ao analisar a composição racial dos mercados de trabalho formais brasileiros de acordo com setores de atividade econômica, foi possível observar uma maior segmentação em 2010, com melhora relativa em 2019. Entretanto, destaca-se a maior proporção de negros do setor de Construção Civil, geralmente mais intensivo em mão de obra e esforço físico. Além disso, a Indústria de Transformação foi o segmento que persistiu tendo a maior disparidade entre os grupos de cor ao longo da década. Em uma análise regional deste segmento, obteve-se como resultado uma maior concentração dos trabalhadores brancos no eixo Sul-Sudeste do país, sendo mais intenso, principalmente, em 2019. Em relação aos trabalhadores negros, eles estavam em maior proporção nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e em baixo percentual nas demais regiões. Reforçando a segmentação produtiva entre os grupos de cor e regiões do Brasil.

Lima, Simões e Hermeto (2015) ressaltam que regiões mais dinâmicas em relação a indústria, educação e rendimentos tendem a ofertar maiores e melhores oportunidades de trabalho. Diante dos resultados apresentados, é possível observar que os trabalhadores brancos seguem sendo privilegiados nesse sentido, alocados em regiões mais dinâmicas, com maior escolaridade e recebem salários maiores que os negros.

Por fim, ainda que entre 2010 e 2019 tenha tido relativa redução das disparidades entre os grupos de trabalhadores brancos e negros, o cenário observado no último ano ainda se mostra preocupante. O processo de redução das desigualdades é persistente, lento e longo, com entraves estruturais e raízes históricas que influenciam seus níveis até hoje. As desigualdades raciais e regionais evidenciadas por esta monografia demonstram que ainda persiste a segregação e discriminação da população negra no país, aliadas ao desenvolvimento regional e às raízes históricas, sintetizadas no uso intenso e generalizada de mão de obra escrava por praticamente quatro séculos.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Ricardo Paes de; FRANCO, Samuel; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de. Discriminação e segmentação no mercado de trabalho e desigualdade de renda no Brasil. **IPEA – Texto para Discussão nº 1.288**. 2007. Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1288.pdf
- BUCCIFERRO, Justin R. Racial inequality in Brazil from independence to the present. In: **Has Latin American Inequality Changed Direction?** Springer, Cham, 2017. p. 171-194.
- CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Difel, 1977.
- CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). **História Social**, n. 19, p. 33-62, 2010.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Desigualdade entre negros e brancos se aprofunda durante a pandemia**. São Paulo: DIEESE, 2021.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **A inserção da população negra e o mercado de trabalho**. São Paulo: DIEESE, 2021.
- DINIZ, Clélio Campolina. A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas. **IPEA – Texto para Discussão nº 375**. 1995.
- DINIZ, Clelio Campolina et al. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. **Nova Economia**, v. 3, n. 1, p. 35-64, 1993.
- FURTADO, Celso. **A formação econômica do Brasil**. 10. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1970. (Coleção Biblioteca Universitária, Série 2a, Ciências Sociais, v. 23).
- KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- LACERDA, Antônio Corrêa de et al. **Economia brasileira**. Saraiva Educação SA, 2017.

LEAO, Carlos; SOUZA, Gean Ázara; RIEMANN, Margot. Análise da Discriminação como Causa de Diferenciação de Salários no Mercado de Trabalho do Brasil Segundo Gênero e Raça. *Economic Analysis of Law Review*, v. 11, n. 3, p. 246-261, 2020.

LEONE, Eugenia Troncoso. **O perfil dos trabalhadores e trabalhadoras na economia informal**. ILO, 2010.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Centralidade e emprego na região Nordeste do Brasil no período 1995/2007. *Nova Economia*, v. 20, p. 39-83, 2010.

LIMA, Ana Carolina Da Cruz; SIMÕES, Rodrigo; HERMETO, ANA. Determinantes socioeconômicos, estruturas produtivas regionais e condição ocupacional no Brasil, 2000-2010. *Economia Aplicada*, v. 19, n. 2, p. 299-323, 2015.

MARIANI, Daniel et al. Censo de 1872: o retrato do Brasil da escravidão. **Nexo Jornal**. 2017. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/especial/2017/07/07/Censo-de-1872-o-retrato-do-Brasil-da-escravid%C3%A3o>. Acesso em: 02 de maio de 2021

MONASTERIO, Leonardo Monteiro; REIS, Eustáquio José. Mudanças na concentração espacial das ocupações nas atividades manufatureiras no Brasil: 1872-1920. **IPEA – Texto para Discussão nº 1361**. 2008.

NERI, M. C.; FONTES, Adriana. Informalidade e trabalho no Brasil: causas, consequências e caminhos de Políticas Públicas. Informalidade laboral na América Latina. **Cadernos Adenauer**. XI, n. 2, 2010.

NUNES, Jordão Horta; SANTOS, Neville Julio de Vilasboas. A desigualdade no “topo”: empregadores negros e brancos no mercado de trabalho brasileiro. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 16, n. 2, 2016.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação Econômica do Brasil Contemporâneo. São Paulo, 1977.

PRADO JUNIOR. Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2006.

REIS, Eustáquio. Historical perspectives on regional income inequality in Brazil, 1872–2000. In: **Has Latin American Inequality Changed Direction?**. Springer, Cham, 2017. p. 143-170.

REGO, José Marcio; MARQUES, Rosa Maria. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Editora Saraiva, v. 2, 2011.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. Perfil da discriminação no mercado de trabalho: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. **IPEA – Texto para Discussão nº 769**. 2000. Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0769.pdf

THEODORO, Mário. As características do mercado de trabalho e as origens do informal no Brasil. In JACCOUB, Luciana (org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, p. 91-126, 2005. Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=5491

THEODORO, Mário et al. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In THEODORO, Mário (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil**, v. 120, p. 11-44, 2009. Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/Livro_desigualdadesraciais.pdf

VERSIANI, Flavio; SILBER, Simão Davi. The colonial economy. In: **The Oxford Handbook of the Brazilian Economy**. Oxford University Press, 2018. p. 17.

APÊNDICE A – VÍNCULOS POR UF

UF	2010					2019				
	Negros	Branco	Total Geral	% Negros	% Branco	Negros	Branco	Total Geral	% Negros	% Branco
AC	43.667	12.309	121.187	36,0%	10,2%	44.621	7.976	126.889	35,2%	6,3%
AL	218.503	80.529	470.992	46,4%	17,1%	223.136	52.821	493.178	45,2%	10,7%
AM	281.474	79.576	575.739	48,9%	13,8%	308.676	54.303	600.169	51,4%	9,0%
AP	43.262	10.346	108.191	40,0%	9,6%	46.323	6.955	128.736	36,0%	5,4%
BA	1.161.485	271.526	2.139.232	54,3%	12,7%	1.120.815	216.328	2.232.576	50,2%	9,7%
CE	641.714	266.870	1.325.792	48,4%	20,1%	819.445	227.985	1.509.818	54,3%	15,1%
DF	276.740	362.008	1.099.832	25,2%	32,9%	416.424	268.183	1.084.323	38,4%	24,7%
ES	356.220	303.789	860.421	41,4%	35,3%	415.058	262.224	912.644	45,5%	28,7%
GO	448.366	465.471	1.313.641	34,1%	35,4%	679.783	365.370	1.524.304	44,6%	24,0%
MA	272.469	94.872	636.625	42,8%	14,9%	326.606	82.672	757.514	43,1%	10,9%
MG	1.458.164	2.130.408	4.646.891	31,4%	45,8%	1.820.863	1.731.911	4.941.316	36,8%	35,0%
MS	158.052	224.164	560.789	28,2%	40,0%	220.545	192.926	664.746	33,2%	29,0%
MT	283.002	197.495	656.542	43,1%	30,1%	395.572	171.583	868.521	45,5%	19,8%
PA	451.832	142.102	951.235	47,5%	14,9%	536.424	109.073	1.095.520	49,0%	10,0%
PB	162.243	142.060	579.504	28,0%	24,5%	249.573	106.827	654.726	38,1%	16,3%
PE	620.735	458.743	1.536.626	40,4%	29,9%	723.517	319.844	1.602.022	45,2%	20,0%
PI	174.895	44.628	377.463	46,3%	11,8%	225.776	39.557	468.305	48,2%	8,4%
PR	291.894	1.894.991	2.783.715	10,5%	68,1%	442.709	1.772.669	3.171.005	14,0%	55,9%
RJ	1.321.792	1.861.097	4.080.082	32,4%	45,6%	1.458.267	1.488.296	4.038.449	36,1%	36,9%
RN	182.197	137.452	575.026	31,7%	23,9%	229.079	122.600	607.027	37,7%	20,2%
RO	128.518	75.643	334.290	38,4%	22,6%	130.296	53.161	350.902	37,1%	15,1%
RR	25.246	9.531	78.585	32,1%	12,1%	32.016	4.969	102.383	31,3%	4,9%
RS	178.703	2.067.786	2.804.162	6,4%	73,7%	256.429	1.940.988	2.957.621	8,7%	65,6%
SC	81.059	1.455.772	1.969.654	4,1%	73,9%	212.272	1.436.646	2.369.729	9,0%	60,6%
SE	165.882	71.840	369.579	44,9%	19,4%	173.974	61.868	358.106	48,6%	17,3%
SP	2.626.190	8.296.256	12.873.605	20,4%	64,4%	3.709.028	7.387.436	13.657.131	27,2%	54,1%
TO	78.315	32.713	238.955	32,8%	13,7%	103.925	24.424	276.551	37,6%	8,8%
Total	12.132.619	21.189.977	44.068.355	27,5%	48,1%	15.321.152	18.509.595	47.554.211	32,2%	38,9%

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da RAIS.